

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
BACHARELADO EM TEOLOGIA**

JOSÉ ANTÔNIO COSTA SOUZA

MARIA, ÍCONE DE FÉ E DISCIPULADO

**ANÁPOLIS – GO
2022**

JOSÉ ANTÔNIO COSTA SOUZA

MARIA, ÍCONE DE FÉ E DISCIPULADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob a orientação do Prof. Me. Pe. Carlito Bernardes de Oliveira Junior.

ANÁPOLIS – GO
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSÉ ANTÔNIO COSTA SOUZA

MARIA, ÍCONE DE FÉ E DISCIPULADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica de Anápolis, como requisito essencial para obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob a orientação do Prof. Me. Pe. Carlito Bernardes de Oliveira Junior.

Data de aprovação:

RESUMO

Maria é, para toda a Igreja, ícone de fé e discipulado; é o “espelho” onde podemos ver refletida a imagem de como deve ser o cristão. Analisando os dois temas em questão, o presente trabalho tem como objetivo oferecer uma correta compreensão acerca da figura da Mãe de Deus e do culto mariano para esclarecer a sua importância na vida dos cristãos e evitar errôneas compreensões maximalistas ou minimalistas, expondo os possíveis problemas que a figura de Maria encontra na compreensão popular e na história, delineando o seu papel como ícone de fé e discipulado, à luz do Magistério da Igreja e da Teologia católica. Utiliza-se o método dedutivo mediante leitura, pesquisa, análise e interpretação de textos do Magistério da Igreja e da teologia católica, especialmente aqueles envolvendo a fé, o discipulado e o culto mariano, que auxiliam na compreensão do levantamento enfocado, cujo resultado revela que existem certas formas de compreender e de cultuar Maria que, se não são acompanhadas, orientadas e retificadas, acabam gerando confusão e exclusivismo a respeito de sua pessoa, além de ferirem o princípio do culto mariano que é para a adoração do Senhor. A abordagem do capítulo VIII da *Lumen Gentium* e da Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, indica caminhos para uma reta compreensão da figura de Maria Santíssima e do culto que se deve a ela, ligando-a ao mistério trinitário, à Igreja e descrevendo a sua colaboração na obra redentora, bem como oferece princípios e critérios para a renovação da devoção popular mariana que deve ter uma nota trinitária, cristológica e eclesial. Sem cair em reducionismos marianos, oferece-se uma compreensão mariológica fiel à doutrina do Vaticano II, fazendo crescer as noções teológicas a respeito de Maria Santíssima e também o amor para com ela, por meio de práticas devocionais que não transgridam a legitimidade do culto mariano que deve levar a conhecer, amar e glorificar o Filho e a observar os seus mandamentos.

Palavras-chave: Maria. Fé. Discipulado. *Lumen Gentium*. *Marialis Cultus*.

RIASSUNTO

Maria è, per tutta la Chiesa, un'icona di fede e discepolato; è lo "specchio" dove possiamo vedere riflessa l'immagine di come dovrebbe essere il cristiano. Analizzando i due temi in questione, il presente lavoro si propone di offrire una corretta comprensione della figura della Madre di Dio e il culto mariano per chiarire la sua importanza nella vita dei cristiani ed evitare errate interpretazioni massimaliste o minimaliste, esponendo i possibili problemi che la figura di Maria trova nella comprensione popolare e nella storia, delineandone il ruolo di icona di fede e discepolato, alla luce del Magistero della Chiesa e della teologia cattolica. Il metodo deduttivo viene utilizzato dalla lettura, ricerca, analisi e interpretazione dei testi del Magistero della Chiesa e della teologia cattolica, specialmente quelli che implicano la fede, il discepolato e il culto mariano, che aiutano a comprendere il sondaggio focalizzato, il risultato mostra che ci sono alcuni modi di intendere e di prestare culto a Maria che, se non accompagnato, orientato e rettificato, finiscono per generare confusione ed esclusivismo sulla sua persona, oltre che ferire il principio della devozione mariana, che è quello di adorare il Signore. L'approccio del capitolo VIII della *Lumen Gentium* e l'esortazione apostolica *Marialis Cultus*, indica i modi per una corretta comprensione della figura di Maria Santissima e del culto che le è dovuto, collegandolo al mistero trinitario, alla Chiesa e descrivendo la sua collaborazione nell'opera redentrice, oltre ad offrire principi e criteri per il rinnovamento della devozione popolare mariana che deve avere una nota trinitaria, cristologica ed ecclesiale. Senza cadere in riduzionismo Mariano, se offre una comprensione della mariologia fedele alla dottrina del Vaticano II, coltivando le nozioni teologiche su Maria Santissima e anche l'amore verso di lei, per mezzo di pratiche devozionali che non violano la legittimità del culto mariano che deve portare a conoscere, amare e glorificare il Figlio e osservare i suoi comandamenti.

Parole chiave: Maria. Fede. Discepolato. *Lumen Gentium*. *Marialis Cultus*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. CAPÍTULO 1 – A FIGURA DE MARIA NA COMPREENSÃO POPULAR E NA HISTÓRIA.....	8
1.1. A figura de Maria nos primeiros séculos cristãos.....	9
1.2. A figura de Maria na Idade Média.....	14
1.3. A figura de Maria na Idade Moderna.....	20
1.4. A figura de Maria nos séculos XIX e XX.....	23
1.5. A figura de Maria presente em alguns de seus títulos mundialmente conhecidos e cultuados.....	26
2. CAPÍTULO 2 – A FÉ E O DISCIPULADO DE MARIA.....	29
2.1. A fé de Maria.....	31
2.2. A evolução da fé de Maria.....	33
2.3. A Encarnação: ícone de fé mariana.....	37
2.4. O discipulado de Maria.....	39
2.5. Uma reflexão sobre o discipulado.....	40
2.6. O discipulado de Maria nos quatro evangelhos.....	42
3. CAPÍTULO 3 – PERSPECTIVAS PARA A COMPREENSÃO DA FIGURA DE MARIA E DO CULTO MARIANO.....	50
3.1. Uma reflexão sobre o presente.....	51
3.2. Maria na Lumen Gentium.....	55
3.3. Culto mariano segundo a Marialis Cultus.....	60
3.4. Uma análise da piedade popular mariana.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	73

INTRODUÇÃO

O assunto que iremos apresentar no presente trabalho, encontra-se no campo da Mariologia, a disciplina teológica que estuda o lugar de Maria na história salvífica e a sua relação com a Igreja, respeitando as diferentes correntes de pensamento¹. Como toda reflexão teológica adequada, esta disciplina deve implicar em grande ajuda para o seguimento de Jesus, para que este se dê de forma mais comprometida, na medida em que se compreende melhor a fé cristã, estudando a pessoa de Maria no contexto do projeto salvífico, que foi iniciado na criação, alcançado no mistério de Jesus Cristo e continuado na história.

A bem-aventurada Virgem Maria é uma realidade de grande importância na vida de nosso povo. Muitos são os atos de veneração para com ela. Tais atos merecem ser apreciados, respeitados e incentivados, na medida em que estão de acordo com a prática católica segundo nos apresenta o Concílio Vaticano II. Acontece, porém que, no presente contexto eclesial, se por um lado vemos uma grande e bonita reverência e piedade para com ela, por outro, vemos certos equívocos, seja por parte de quem a invoca quase que exclusivamente sem fazer referências a Cristo, seja por parte dos que, em nome de uma centralidade na pessoa de Cristo, acabam por marginalizar a sua figura e o seu papel que é central na economia da salvação.

Conscientes da necessidade de se oferecer uma correta compreensão da figura da Virgem Maria e, também, uma correta compreensão do culto mariano, ao apresentar o tema da fé e do discipulado de Maria queremos observar de que modo o estudo destes temas pode superar os reducionismos na compreensão mariológica, evitando quer um exagerado engrandecimento (maximalismo) quer uma áspera mesquinhez (minimalismo) quanto à figura da Mãe de Deus. Daí vem a importância deste trabalho que deseja oferecer uma maior compreensão da figura de Maria e do seu lugar na vida da Igreja e dos fiéis, a fim de que prestemos a ela um verdadeiro culto e uma profunda reverência respeitosa, sem cairmos nos exageros ou modismos.

Isto posto, ressaltamos que não pretendemos apenas tomar uma posição crítica sobre o modo de compreensão e de culto que alguns fiéis prestam a Mãe de Deus e nem esgotar o inexaurível assunto mariológico, mas uma vez abrangendo o conhecimento da importância de Maria, sua fé, seu discipulado, queremos que sejam aumentados o amor e a reverência para com a sua pessoa, reconhecendo sua posição eminente na vida da Igreja. Conhecendo melhor, amaremos melhor aquela que “foi exaltada pela graça de Deus acima de todos os anjos e de

¹ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

todos os homens, logo abaixo de seu Filho, por ser a Mãe Santíssima de Deus e, com isso, haver interferido nos mistérios de Cristo”².

Com o intuito de oferecer um esclarecimento sobre a figura de Maria na Igreja, seu papel na história da salvação e também apresentar caminhos para um reto ordenamento do culto que lhe é devido, abordaremos dois temas básicos que nos permitirão não só retificar nosso modo de cultuá-la, mas também nos motivarão a imitar seus exemplos, a saber, os temas da fé e do discipulado.

Para alcançarmos tal fim, desenvolvemos esta pesquisa com o acervo bibliográfico mediante leitura, pesquisa, análise e interpretação de textos utilizando vários escritos do Magistério da Igreja e da Teologia católica.

No primeiro capítulo exporemos os possíveis problemas que são desencadeados pela compreensão popular acerca da figura de Maria. Para tanto, buscamos analisar a história da Mariologia, percebendo que diferentes épocas trazem imagens particulares acerca da Virgem Maria. Em cada tempo, Nossa Senhora recebe um tipo de destaque; de diferentes modos se busca nela um modelo a imitar, um auxílio a quem recorrer. No segundo capítulo, abordaremos dois temas básicos que nos permitirão não só retificar nosso modo de compreender e cultuar a figura de Maria, mas também nos conduzirão a imitar seus exemplos. Maria é ícone perfeito de fé e modelo ideal de discípulo. Por fim, no último capítulo, procuraremos indicar caminhos para uma reta compreensão da figura de Maria Santíssima e do culto que lhe é devido, à luz do Concílio Vaticano II, mediante a abordagem do capítulo VIII da *Lumen Gentium* e da completa *Marialis Cultus*.

Desta feita, a pretensão desta explanação é ser um instrumento de exposição da figura de Maria para tantos quantos desejam conhecer, à luz do Concílio Vaticano II, o seu papel na história salvífica e na vida da Igreja, apresentando os critérios para um adequado culto e uma apropriada devoção, por meio de uma reflexão mariológica que seja autêntica, isto é, de acordo com a teologia conciliar, favorecendo um melhor conhecimento da figura da bem-aventurada Virgem Maria e da sua relação com Jesus Cristo e com cada fiel. As reflexões que seguem, a todos quanto desejarem conhecer mais e melhor a pessoa da Virgem Maria, hão de impetrar em cada fiel um coração mais mariano e uma cabeça mais mariológica.

² CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA *Lumen Gentium* sobre a Igreja. São Paulo: Paulinas, 2007, n. 66.

CAPÍTULO 1

A FIGURA DE MARIA NA COMPREENSÃO POPULAR E NA HISTÓRIA

Com um desejoso intento de oferecer um proveitoso esclarecimento acerca da figura da Virgem Maria, Mãe de Deus, tratando de sua importância na vida dos fiéis, abordaremos o assunto expondo os possíveis problemas encontrados na compreensão que as pessoas, em geral, apresentam em sua expressão sobre a Virgem Maria. Partiremos de uma análise histórica da mariologia, com a qual investigaremos cada época e seu conceito acerca da Virgem Maria. A pergunta que norteará nosso percurso é a seguinte: que figuras marianas podemos entrever nos vários períodos da história do cristianismo, a começar pelos seus aurores até meados do século XX?

Kathleen Coyle, na sua obra *Maria tão plena de Deus e tão nossa*, oferece-nos grande contribuição nesse campo de investigação. A esse respeito, é preciso entender uma coisa: quando falamos de investigar a história, com esse termo queremos indicar os documentos de fé, a tradição, aquilo que se verifica ao longo dos tempos e que propõe sua noção a respeito da figura mariana.

Não pretendemos apresentar e comentar o grande universo de elementos teológicos que compõem a figura da Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo Salvador, pois tudo o que dissermos sobre ela será insuficiente para esgotar a compreensão a respeito de sua presença no mistério do Verbo Encarnado; nem tampouco pretendemos analisar exaustivamente toda forma de abordagem histórica e cultural, sobre ela. Trata-se apenas de mostrar o panorama no qual estejam presentes os pontos mais comuns da figura mariana ao longo dos séculos³.

Desde os tempos mais remotos os cristãos vêm criando, mesmo que de modo inconsciente, conceitos acerca de Maria Santíssima. Cada época é marcada por um tipo de destaque a respeito de Nossa Senhora; em cada tempo se buscava nela um modelo a imitar. E isso demonstra o ideal de vivência de fé requerida pelos cristãos desses tempos, pois “ela é o modelo da Igreja na personificação do amor de Deus em várias épocas e culturas, e a Igreja volta-se constantemente para ela a fim de conhecer os aspectos sempre variáveis do discipulado cristão”⁴.

³ Os dados que temos sobre a pessoa de Maria de Nazaré são mais de natureza simbólica que arqueológica, o que não significa que sejam menos importantes. Aliás, os dados simbólicos superam, de muito, as poucas linhas históricas sobre ela.

⁴ COYLE, Kathleen. *Maria, tão plena de Deus e tão nossa*. São Paulo: Paulus, 2012, p.17.

Analisando a história de cada tempo, de cada cultura, de cada comunidade, constatamos a existência de várias figuras marianas, de modo que não se pode falar de uma neutralidade quanto à figura de Maria, pois “cada comunidade tem sua própria Maria, que reflete a imagem e o interesse de seus devotos”⁵. O ambiente onde se encontram estas figuras é a liturgia, ou o culto devocional a Nossa Senhora, local teológico primário da devoção mariana⁶.

Como foi observado acima, ao longo da história e em diferentes culturas, foram feitos inúmeros rostos marianos trazendo, cada um deles, os traços próprios dos diferentes povos onde ela é cultuada. E, ao longo da história, particularmente nos tempos atuais, aparecem diversas “imagens” de Maria e títulos que nós conhecemos muito bem: Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Guadalupe entre outros. Cada uma dessas “imagens” traz um perfil, um rosto, um modo de vestir que é próprio de cada cultura ou povo. São as várias “nossas Senhoras”, isto é, as várias formas de apresentar a mesma Maria de Nazaré, mãe de Jesus que já está “glorificada junto de Deus, ressuscitada por Jesus, não tem mais um corpo humano como o nosso”⁷.

Compreendido isso, passamos agora para a observação histórica dos vários conceitos de Nossa Senhora, observando o que é próprio de cada época da história da Mariologia, a partir do primeiro milênio até as prévias do Vaticano II. Não abordaremos aqui a compreensão mariana deste Concílio, pois este tema será apresentado adiante, num capítulo à parte, quando tratarmos das perspectivas do Magistério pós-conciliar, a fim de colocarmos em relevo em nossa pesquisa a figura de Maria que o Concílio nos oferece.

1.1. A figura de Maria nos primeiros séculos cristãos

Começamos a esboçar o assunto discorrendo sobre os autores cristãos dos primeiros séculos do cristianismo, quando se “gestou uma reflexão sobre Maria no conjunto da fé cristã e da teologia”⁸ enquanto ainda não existia um específico tratado mariológico. Os ditos mariológicos se encontravam dentro dos ditos sobre Jesus, pois era ele a temática central da teologia nascente. O que se dizia a respeito de Maria era para esclarecer, enfatizar, confirmar ou defender algum aspecto da pessoa de Jesus Cristo. Cristologia e mariologia caminham juntas

⁵ COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa**. São Paulo: Paulus, 2012, p.18.

⁶ Ibidem, p. 18. “Desde tempos primitivos a devoção a Maria encontrou expressão dentro da liturgia”.

⁷ MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia**. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 208.

⁸ Ibidem, p. 17

desde o início, como afirma Ratzinger: “O axioma cristológico da encarnação de Deus em Cristo se torna necessariamente mariológico, o que, na verdade, já era desde o início”⁹.

Como vimos na afirmação acima, a cristologia tem como consequência a mariologia e a mariologia defende uma verdadeira cristologia levada ao seu triunfo amplo¹⁰. Observamos, com isso, que a figura de Maria se encontrava dentro do universo das polêmicas cristológicas dos primeiros anos cristãos e se encontrava muito centrada na teologia. Com efeito, ainda que de forma secundária,

O período das origens (desde a queda de Jerusalém até o concílio de Nicéia de 325) se caracteriza por uma pluralidade de fatores, no interior, no exterior e às margens das comunidades cristãs, que também solicitaram, no campo mariano, um esclarecimento dos dados de fé¹¹.

Isto não quer dizer que a pessoa de Maria estava reduzida apenas ao campo da reflexão teológica e que não se tinham indícios de culto devotado a ela. O início do culto mariano, como já dissemos antes, se encontrava expresso dentro da liturgia. Na devoção mariana primitiva, bem nos seus inícios, encontravam-se elementos de outras culturas como o “culto do Mediterrâneo da Grande Mãe, e foram-lhe atribuídos títulos, orações e funções da deusa, embora a integração em uma estrutura cristã nem sempre fosse bem-sucedida”¹².

O que Kathleen Coyle está abordando, valendo-se das pesquisas de outros autores, pode soar como estranheza num primeiro momento, mas diversos estudiosos chegaram a mencionar as semelhanças entre a veneração de Maria e a da Deusa Mãe do Mediterrâneo, o que não quer dizer que não haviam diferenças essenciais entre elas. Outrossim, esse fator de pesquisa é compreensível e justificável quando recordamos que a teologia e a liturgia da Igreja não se formaram do vazio, mas da absorção de muitos elementos da cultura circundante.

Nesses primeiros séculos do cristianismo, como dissemos acima, a preocupação teológica estava centrada em Jesus. Como se explica o surgimento do interesse por temáticas mariológicas nos autores cristãos do segundo século do cristianismo? No século II, as preocupações cristológicas fizeram com que houvesse um destaque à figura de Maria, sobretudo no que diz respeito à sua virgindade. Isso se deu dentro do contexto da contraposição aos docetistas e gnósticos que eram da opinião de que a humanidade de Jesus era irreal¹³. “E

⁹ RATZINGER, Joseph. **A filha de Sião: A devoção mariana na Igreja**. São Paulo: Paulus, 2017, p. 26.

¹⁰ Ibidem, p. 27.

¹¹ TONIOLO, E. **Padres da Igreja. In: Dicionário de Mariologia**. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 1003.

¹² COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa**. São Paulo: Paulus, 2012, p. 18.

¹³ COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa**. São Paulo: Paulus, 2012, p. 18.

justamente das polêmicas cristológicas brotam os dogmas da maternidade e da virgindade de Maria”¹⁴.

O tema da maternidade virginal de Maria é um aspecto da fé cristã que aparece, desde muito cedo, no testemunho das primeiras confissões de fé. Desde os primeiros séculos Maria foi chamada a Virgem (Justino), a Virgem perpétua (Epifânio), a Virgem eterna (Jerônimo)¹⁵. O que estava em foco, todavia, não era exclusivamente a pessoa de Maria, mas a sua missão de mãe virginal que serviu de sinal para indicar a verdadeira humanidade e divindade de Jesus¹⁶. Os hereges diretamente cristológicos acabaram por tocar, em segundo plano, na missão de Maria. São eles: docetas, ebionitas, gnósticos valentinianos, Marcião, Celso.

Dentre as heresias que mais tocaram a maternidade de Maria se encontram: o docetismo – que não tem dificuldade em aceitar a divindade de Jesus, mas que afirmavam que a carne de Jesus Cristo seria só aparente; nesse caso a maternidade de Maria também seria só aparente –; os ebionitas – que aceitam Jesus como Cristo, mas não como filho de Deus e também uma verdadeira maternidade de Maria, mas puramente humana –; o marcionismo – que afirmava que Jesus não tinha uma origem humana e que a sua carne não era verdadeira. Já que a matéria era considerada ontologicamente negativa, não podiam aceitar a ideia de que um Deus assumisse um corpo real¹⁷.

Todas essas heresias – como todas as outras heresias – aderem excessivamente a uma parte da verdade, descuidando do resto¹⁸. Os ebionitas sublinharam tanto a humanidade de Jesus que chegaram a negar a sua divindade; os docetistas, ao contrário, enfatizaram tanto a divindade de Jesus que negaram a sua verdadeira humanidade. Ambos os casos golpeiam a virgindade de Maria: os primeiros a negam para reforçar a maternidade humana e a humanidade de Jesus; os segundos a reforçam, mas às custas da verdadeira maternidade¹⁹.

Autores como Celso e alguns ebionitas negaram diretamente a concepção virginal de Jesus. Celso afirmava, baseado em interpretações mitológicas, que Jesus era filho de uma união adúltera de Maria com um soldado romano chamado Panthera; os ebionitas afirmavam que Jesus era filho de Maria com José, mas que por sua sabedoria foi elevado acima dos outros homens²⁰.

¹⁴ MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia**. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 17.

¹⁵ Cf. DE FIORES, Stefano. **Virgem. In: Dicionário de Mariologia**. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

¹⁶ GONZÁLEZ, Carlos I. *María Evangelizada y Evangelizadora*. Bogotá, CELAM, 1988, p. 183.

¹⁷ Ibidem, p. 186-189.

¹⁸ Ibidem, p. 189

¹⁹ Ibidem, p. 189

²⁰ Ibidem, p. 189

O dogma da Maternidade divina, o primeiro dos quatro dogmas marianos, será proclamado somente em 431, no concílio de Éfeso. No entanto, preconizamos-lo aqui com o fim de ilustrar as polêmicas cristológicas de que falamos no parágrafo acima. Não se trata de uma apresentação do referido dogma, pois não é esta a natureza desta parte deste trabalho que é de índole histórica. Apenas se pretende mostrar os conceitos marianos que prevalecem em cada período investigado. Neste caso, introduzimos-lo aqui para corroborar a compreensão de que as preocupações cristológicas fizeram com que houvesse um destaque à figura de Maria.

Nestório, presbítero de Antioquia, nascido no último quartel do século IV, provocava escândalos na cidade de Constantinopla ao rejeitar a expressão que já havia se popularizado, de que Maria é a “Mãe de Deus” (Theotokos). Preferia que a ela fosse dado o título de “Mãe de Cristo” (Christotokos) – pois, era absurdo uma criatura ser mãe do Criador – o que levou a uma rápida reação do povo cristão havendo uma agitação que leva à intervenção de Cirilo de Alexandria e de Celestino, papa de Roma²¹. Nestório, agindo contra Ário e Apolinário confunde obsessivamente as naturezas divina e humana em Cristo, pretendendo preservar a sua plena humanidade. Agindo assim, acaba por separar o Verbo e a humanidade de Cristo.

Do outro lado, encontramos a intervenção de Cirilo de Alexandria (nascido entre 370 e 380) que numa carta doutrinal muito precisa faz a exegese do Símbolo de Nicéia. Para ele, não podia haver dois Cristos, um homem e outro Deus, mas um único Cristo em duas naturezas inseparáveis e que, portanto, Maria era a mãe do Cristo-homem e do Cristo-Deus: a Theotokos. O Verbo se unia à carne não no sentido de uma mudança deste em carne ou numa humanidade; a união era segundo a hipóstase, “[...] isto é, no nível de seu ato concreto de subsistir ou de existir, a uma humanidade completa. A unidade de Cristo se fez na hipóstase do Verbo, de sorte que não há senão um único sujeito subsistente”²².

Encontra-se acima apenas o início das discussões. Antes da reunião de Nicéia, Nestório ainda enviou a sua resposta a Cirilo, ao passo que este último envia a Nestório uma terceira carta. Mesmo que o concílio de Éfeso não tenha formulado nenhuma definição²³, deu razão a Cirilo e declarou herética a posição de Nestório, canonizando “[...] a fórmula ciriliana da união

²¹ SEBOUÉ, B.; WOLINSKI, J. **O Deus da Salvação: A tradição, a regra de fé e os Símbolos; a Economia da Salvação; o desenvolvimento dos dogmas trinitário e cristológico**. Tomo 1. São Paulo: Edições Loyola, 2002, p. 318-319

²² Ibidem, p. 331

²³ COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja I: Das origens ao Século XV**. São Paulo: Loyola, 1993, p. 98. “O conteúdo dogmático do concílio parece escasso, já que o único documento oficial é a condenação de Nestório. De fato, o Concílio de Éfeso reforça a autoridade de Nicéia e a insistência na unidade de Cristo. O termo théotokos não será mais contestado [...]”.

segundo a hipóstase [que] é considerado o ‘isto é’ legítimo da confissão de Nicéia e da fórmula de Jo 1,14”²⁴.

Percebemos que a figura mariana dos primeiros séculos cristãos é altamente teológica e são reflexões que interessam, de modo direto, a Jesus e não a ela. Só para salvaguardar certos aspectos da cristologia é que se desperta um interesse pela pessoa de Maria. Trata-se, portanto, de um modo altamente reflexivo de conceber Maria, que é sempre colocada relativa a Jesus. Neste contexto, não aparece de forma predominante a afetividade causada pela piedade devocional, mas reflexões sobre Maria de modo que estas defendam as doutrinas sobre Jesus.

Desse período mais reflexivo, teológico dos primeiros séculos cristãos, podemos recolher alguns conceitos marianos que ajudaram na formulação de dogmas. No século II o conceito marial prevalecente, sem dúvida, é aquele da “Virgem”, que aparece em Inácio de Antioquia e em Justino, por exemplo e que, depois, chegará a ser definido como dogma da Virgindade perpétua; no século III emerge um outro conceito importante que, mais tarde, será definido como o dogma da maternidade divina, a saber, o título de *Theotokos*.

Apesar de todo o peso conceitual teológico que caracteriza os primeiros séculos da história cristã, não quer dizer que não haviam, já naqueles tempos, histórias piedosas. De fato, não deixaram de aparecer certos escritos que apreciavam Maria de forma menos racional e mais afetiva como o “Protoevangelho de Tiago” (do início do século III) e “Vida de Maria” do Monge Epifânio (no século IV) que serviram para o crescimento da devoção mariana²⁵ e facilmente se espalharam, mesmo não tendo sido aceitos pela Igreja.

No período conhecido como o “império cristão” (séculos IV-V), na época da paz da Igreja estabelecida por Constantino em 313 quando ela foi tolerada e até passou a ser considerada religião oficial do Estado, desapareceu a ameaça do martírio e muitas pessoas acabaram se entregando a certo relaxamento da fé. Daí que, os que queriam levar uma vida cristã mais fervorosa desejaram abraçar a cruz pessoal na expressão do ascetismo. Temos aí o início do monarquismo.

No período monacal, o conceito mariano predominante só poderia estar relacionado a esse tipo de expressão. Maria é a padroeira dos ascetas e dos celibatários, a perfeita monja egípcia que só comia e dormia quando o corpo exigia²⁶. Ela era, para esse período, a mulher

²⁴ COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja I: Das origens ao Século XV**. São Paulo: Loyola, 1993, p. 334.

²⁵ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia**. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

²⁶ Cf. COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa**. São Paulo: Paulus, 2012.

solitária que levava uma vida exemplar de austeridade, como relatavam alguns documentos da época.

Nesse mesmo período, por volta do século IV, houve grande aumento da devoção popular a Maria. E outra figura mariana que prevaleceu nesse tempo foi aquela da virgem consagrada que ficava em casa e rezava. Ela era o ideal, o modelo desse tipo de vida. De fato, os Padres da Igreja, no século V, eram do parecer de que Maria havia feito um voto de virgindade, o que levou, aos poucos, muitas pessoas à prática de um voto formal, imitando uma idealizada Maria que quase nunca era representada na arte ocidental como ser sexual²⁷. Surgiram, também, nesse período, os hinos marianos, além de muitas igrejas receberem seu nome.

Com o Concílio de Éfeso, em 431, quando foi definido o papel singular de Maria como Mãe de Deus, houve grande estímulo e desenvolvimento ao culto mariano. De fato, depois da definição do dogma, multiplicaram-se as festas e as devoções marianas; a “imagem” mariana que se perpetuou deste tempo era a admirável *Theotókos*, cuja pureza fora louvada de modo abrasador, pois nela “se refletia a própria transcendência do Criador”²⁸; em Maria está o modelo de ser humano no qual transparece a imagem mais perfeita de Deus. Essa é a imagem mariana prevalecente do período niceno à qual as pessoas da época mais aspiravam.

Para concluir a abordagem sobre a figura de Maria nos primeiros séculos do cristianismo, chegamos ao século V quando encontramos o primeiro hino saudando-a de forma direta. Trata-se do tropário²⁹ *Sub tuum praesidium*: “À vossa proteção recorreremos, Santa Mãe de Deus; não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita”³⁰, cujo texto primitivo foi redigido em língua grega, mas que chegou até nós escrito em um papiro egípcio³¹. Avançando até o século VI o que mais expressivamente encontramos sobre a Virgem Maria é a inserção do seu nome no Cânon romano e atribuição a ela dos títulos de Mãe de Misericórdia e Mater Dolorosa.

1.2. A figura de Maria na Idade Média

²⁷ COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa**. São Paulo: Paulus, 2012, p. 20.

²⁸ *Ibidem*, p. 21.

²⁹ Forma do poema presente nos ritos das Igrejas do Oriente, tocado como forma de louvor.

³⁰ LITURGIA DAS HORAS. **Antífonas finais de Nossa Senhora**. São Paulo: Vozes: Paulinas: Edirora Ave Maria, 1995, p. 970

³¹ Cf. LODI, E. **Oração Mariana: In: Dicionário de Mariologia**. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

Dos autores dos primeiros séculos cristãos até o século VI notamos várias figuras marianas que, de certo modo, determinaram esse período. Já no início, Maria é abordada sempre em relação a Jesus Cristo e de forma mais reflexiva e teológica, com o fim de salvaguardar e ratificar as doutrinas cristológicas, que vinham ameaçadas por correntes heréticas da época. Apesar de uma abordagem tão racional, não deixaram de aparecer expressões de cunho mais afetivo e piedoso como “irmã”, “esposa”, “serva de Cristo” do diácono sírio Efrém (+373) que inaugurou uma teologia poética em louvor a Maria³²; bem como o desenvolvimento da devoção popular antes e, sobretudo, depois da definição da *Theotókos* no Concílio de Éfeso em 431.

Durante o período conhecido na história como Idade Média (Séculos V a XV), presenciou-se um crescimento ainda mais intenso da piedade marial³³. Como exemplo culminante desse fenômeno temos o Tratado da Santíssima Virgem de São Bernardo de Claraval (+1153). A rica iconografia mariana oriental e hinos litúrgicos são outros exemplos de como o culto vinha à frente da teologia no período medieval, além das pinturas e esculturas marianas que posteriormente, após o Renascimento, multiplicaram-se sempre mais no Ocidente³⁴.

Diante desse quadro, poderíamos questionar: de onde surgiu o aspecto da devoção mariana do período medieval? E, analisando algumas fontes, podemos responder: “Do puro prazer naquilo que Deus fizera por ela, como ela personificava o amor de Deus pelas pessoas e ajudou a realizar os desígnios de Deus no mundo”³⁵. Nesse sentido, crescia sobremaneira a admiração graciosa pelo sim que Maria respondera na anunciação. Além do mais, a piedade mariana medieval se inspirava na hierarquia feudal da época, como veremos na alta idade média, mais adiante.

A piedade mariana que floresceu nos mosteiros do início da Idade Média era de cunho místico. “Na Virgem, o monge encontrava o ideal celeste da mulher, que podia consolar e elevar seu coração”³⁶. Em vários lugares do mosteiro se viam estátuas da Virgem; vários escritos sobre ela se encontravam na biblioteca; diariamente os monges rezavam o ofício da Santíssima Virgem.

³² Cf. KOEHLER, Th. **História da Mariologia**: In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

³³ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia**. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012

³⁴ Ibidem.

³⁵ COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa**. São Paulo: Paulus, 2012, p. 23.

³⁶ JOHNSON, 1986, p. 414, apud COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa**. São Paulo: Paulus, 2012, p. 24.

Mas é da Alta Idade Média (1000-1299) que se pode colher os determinantes elementos para entender a imagem mariana medieval. De fato, nesse período, quando a cultura europeia renascia, também o culto a Maria se desenvolvia no terreno dos mosteiros, que promoviam festivais, que contavam com a participação do povo para contemplar a beleza e a glória da Virgem Maria³⁷. Num período de grandes construções, também foram erguidas gloriosas catedrais de estilo gótico que, em geral, eram dedicadas a Maria. Maria era descrita como “rainha coroada, sentada em um trono”. Essa era a imagem mais comumente encontrada na Alta Idade Média.

Entretanto, no mesmo período medieval, assiste-se a um florescimento de figuras marianas. Na época das cruzadas, do feudalismo, e do amor cortesão, “Maria era saudada em termos cavaleirescos como a bela senhora dos cavaleiros”³⁸. Para a aristocracia feudal, Maria é a “Nossa Senhora”, a “Madona”. “Da simples donzela de Nazaré, ela se transformou na grande rainha do céu e recebeu um lugar acima da Igreja, entre Deus e os mais altos anjos”³⁹.

Outro elemento importante a ser destacado desse rico período medieval é a consciência do pecado e o medo do julgamento que também influenciaram a construção da figura mariana da época. Vivia-se uma cristologia do medo que distanciava Jesus Cristo das pessoas comuns. A consciência que se criou a respeito de Deus e de Cristo acabou por influenciar a imagem marial desse período, no qual Deus era o rei severo e o justo juiz, e Cristo era um ameaçador daqueles que se aproximassem dele muito diretamente, uma vez que o imaginavam muito próximo dos senhores feudais⁴⁰.

A figura mariana que se originou dessas “imagens” de um Deus e de um Cristo muito distanciados do povo simples foi um tanto adversa. Maria era o refúgio do povo humilde, aos moldes de uma nobre feudal de coração bondoso que intercedia por eles ao seu Filho Jesus. “[...] Ela personificava o amor de Deus pelo povo” [...]”⁴¹, originando daí uma enorme veneração que se expressava nas orações e festas em sua homenagem, nos santuários que eram erguidos em sua honra, e nas curas miraculosas atribuídas à sua intercessão. A figura mariana desse período das grandes devoções chegava a ofuscar Jesus e o próprio Deus Pai. “[...] Como personificação do amor de Deus, ela até substituíra Deus como sujeito ativo de feitos divinos e destinatária de glória e louvor divinos [...]”⁴².

³⁷ Cf. COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

³⁸ Ibidem, p. 24

³⁹ Ibidem, p. 25.

⁴⁰ Cf. Ibidem

⁴¹ Ibidem, p. 26

⁴² COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

No século XII, considerado o século mariano, a piedade marial é reconhecida através dos célebres sermões de São Bernardo (+ 1153) que traziam os mistérios de Cristo e sua mãe. Apresentava Maria como medianeira junto ao Mediador. Além do mais, “[...] todas as ordens religiosas deram a Maria um lugar a liturgia, na homilética, nos livros de espiritualidade. Entre as novas ordens, algumas tomaram Maria como padroeira”⁴³, a saber: a ordem da Bemaventurada Virgem do Monte Carmelo, os Servos de Maria, entre outras.

Diversas catedrais foram erguidas como manifestação do programa religioso da época e que tinha Maria como o tipo da Igreja. Ela era “[...] a medianeira, a rainha, a mãe. O mesmo se pode dizer da igreja[...]”⁴⁴. Outras coisas mais, de grande importância, que surgiram no “século mariano” foram as orações de louvor e de invocação – Ave, Gaude, O quam, etc. – a Maria que se multiplicaram, surgindo, também, a oração da Ave Maria⁴⁵.

A história e as suas aquisições vão traçando imagens marianas que traduzem o imaginário das pessoas com relação ao que elas veem, à maneira como vivem e até ao modo como pensam. Assim, no século XIII, ainda no período da Idade Média, já se pode entrever uma mariologia diferente daquela dos primeiros séculos da mesma Idade Média. De fato, no século XIII, chega-se ao fenômeno do “fermento da vida intelectual” que se deu associado ao surgimento das novas universidades, rompendo com a forma tradicional monástica de viver o evangelho⁴⁶.

Foi neste período que surgiram novas Ordens religiosas que tinham como ofício pregar aos leigos, a saber, os franciscanos, dominicanos e servitas. Ao mesmo tempo, que se vislumbrava um tipo de pregação mais voltado para a pobreza da humanidade de Jesus, “a teologia escolástica criava um entendimento da redenção que enfatizava a necessidade de dar satisfação pelo pecado”⁴⁷; era a ênfase na faculdade da razão. Daí que a imagem mariana da Misericórdia e medianeira ganha espaço, pois o povo simples vê em Maria aquela que dá ordens ao seu Filho, mediando a relação entre ele e os fiéis.

Entretanto, enfrentamos, no período em questão, o problema do uso enfático da razão sobre as questões de fé que não propiciava espaço para a afetividade e imaginação. De fato, no período das grandes sumas, Maria aparecia apenas nas discussões teológicas referentes às questões da encarnação. A doutrina da Imaculada Conceição, tema igualmente importante para

⁴³ KOEHLER, Th. História da Mariologia. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 568.

⁴⁴ Ibidem

⁴⁵ As duas partes que compõem esta oração só aparecem juntas em fins do século XV (1496).

⁴⁶ Cf. COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

⁴⁷ Ibidem, p.27

a época – requererá séculos para encontrar a sua base teológica na fé em Cristo que é o redentor universal. Será Duns Scotus (+ 1308)

[...] que desenvolverá os argumentos dos seus predecessores e que concluirá que a redenção de Maria é real e perfeita já que se trata de preservação. Mas um debate secular se estabelece entre os franciscanos e dominicanos e os seus aliados, a favor ou contra a conceição de Maria sem pecado original São os imaculistas e os maculistas⁴⁸⁴⁸.

Foi desse quadro de teor altamente racional que surgiu a necessidade de continuar uma imaginação religiosa mais popular a respeito da Virgem. Surgiram escritos mais meditativos que racionais como “Espelhos da Santíssima Virgem Maria” de São Bernardo, que proporcionavam uma expressão devocional mais popular. O povo simples tinha a necessidade de algo mais tangível, uma presença mariana mais “palpável”, o que levou, no século XIV, a uma passagem da contemplação para uma “imaginação popular que era menos crítica”⁴⁹, realçando ainda mais aquela noção de Maria como a intercessora diante de Deus pelos pecadores indignos.

A possível solução do problema da racionalização sobre os elementos da fé gerou outro grande problema: o abuso na mariologia do período medieval tardio. Diferentemente do enfoque na pessoa de Maria nos termos do mistério da encarnação do Verbo, passou-se para “uma ideia mágica de Maria como mãe que podia solucionar todos os problemas”⁵⁰.

Tal mudança de conceito surgiu como resposta a uma época perturbada. Os séculos XIV e XV foram tempos difíceis, sobretudo para os fiéis católicos mais simples, pois apareceram dificuldades de todos os tipos, o que os levou a rogar a Maria, pedindo sua proteção diante dos perigos da época; a propósito disso, afirma Coyle:

Por causa de desastres naturais como a peste negra (1347-1351), as experiências da Guerra dos Cem Anos (1337-1454), o Grande Cisma Ocidental (1378-1417), quando dois e depois três papas reivindicavam autoridade papal, e as inseguranças de um mundo sombrio, o povo rogava a Maria, Mãe de misericórdia, sua proteção dos perigos que o ameaçavam de todos os lados”⁵¹.

Como vemos, uma ideia mágica a respeito de Maria surge das diversas perturbações advindas pelas rivalidades políticas dos senhores, das lutas dos imperadores alemães pelo trono,

⁴⁸ KOEHLER, Th. História da Mariologia. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 568.

⁴⁹ COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012, p.28.

⁵⁰ Ibidem, p. 29.

⁵¹ Ibidem

das confusões entre o poder temporal e o poder espiritual, das angústias causadas por epidemias, das mudanças econômicas e sociais em ritmo crescente⁵². Daí se via a necessidade de uma piedade cristã que superasse as crises e as provações. Tal fato acabou gerando exageradas dramatizações religiosas como “[...] a representação da cólera do Pai que se abatia sobre a humanidade sob a forma de flechas incendiárias [...]”⁵³. A imagem de um Deus que pune e castiga levou o povo mais simples a recorrer a Maria, que se mostrava solidária com eles e era a Mãe de Misericórdia.

O problema sério que podemos presumir desse tipo de atitude com relação a Maria é o comprometimento da centralidade da pessoa de Jesus Cristo. Sendo Maria o centro da devoção da época, muitas vezes ela era requerida de modo independente de Deus e de Jesus. Se por um lado, Maria se reaproximava do povo simples sofredor, por outro, havia um afastamento dos mesmos com relação à pessoa de Jesus que parecia cada vez mais distante tanto da teologia quanto da piedade da época. De fato, Maria tornou-se tão grande intercessora que era capaz até de “mudar a mente de seu Filho”⁵⁴.

Parece que estamos num período de excessos marianos, onde a figura da Virgem, em muitos casos, chega a sombrear a figura de Cristo. Mas não podemos simplesmente condenar as pessoas dessa época pelos seus excessos, devemos, antes, entrar no seu mundo procurando compreendê-las a partir de dentro, como nos sugere Coyle:

Precisamos tomar cuidado para não fazer julgamentos superficiais ou apressados a respeito das devoções marianas medievais, tanto em sua pregação popular como em suas expressões devocionais. Os fiéis católicos mais simples, em especial os pobres e os destituídos, procuravam em Maria uma força que lhes permitisse interpretar a vida, experimentar o amor de Deus em suas vidas, sentir-se acompanhados, e não abandonados, e continuar a ter esperança, por piores que fossem as circunstâncias e tragédias de sua vida⁵⁵.

Cada tempo, como já dissemos antes, ressalta uma imagem da Virgem Santíssima a partir da sua própria vivência e necessidades. Na Idade Média verificavam-se muitos excessos marianos. Não podemos aprovar esse tipo de abordagem e torná-lo modelo de devoção e perspectiva sobre a Mãe de Deus, mas também não podemos simplesmente condenar todas aquelas pessoas que viveram naquelas condições tais que as levaram a exagerar quanto à mediação de Maria Santíssima.

⁵² Cf. KOEHLER, Th. História da Mariologia. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

⁵³ Ibidem, p. 569.

⁵⁴ Cf. COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

⁵⁵ Ibidem, p. 30.

De fato, foi a partir desse período que Maria foi designada popularmente como Rainha do céu e Refúgio dos pecadores. Tais títulos provinham de uma devoção que colocava a Virgem Santíssima no centro de sua salvação pessoal. A figura mariana que sobressai daí é aquela da “Mãe de misericórdia, que personifica o amor de Deus”⁵⁶, contrapondo aquela outra figura severa da autoridade paterna, sendo Maria a imagem da mãe que intercede pelo filho relapso.

1.3. A figura de Maria na Idade Moderna

Depois de termos concentrado nossa reflexão sobre a figura da Virgem Maria na Idade Média, chegamos ao século XVI, a partir do qual se inicia a Idade Moderna. Aqui nos deparamos com vários desafios no campo da devoção popular e até mesmo no campo doutrinal por causa da Reforma protestante que, “[...] ao centrar-se na salvação em Cristo, promove um corte radical na devoção aos santos e, sobretudo, a Maria. Destroem-se imagens e pinturas dos santos e de Maria”⁵⁷. Na contrarreforma, surgem outros excessos marianos que produzem outros conceitos marianos, pois a mesma “[...] retoma com mais vigor a figura de Maria, em contexto polêmico. Fortalece o culto a Maria, separada da pessoa de Jesus”⁵⁸. Vislumbramos a “marialogia dos privilégios”⁵⁹.

Entretanto, consideremos os “[...] abusos e distorções da Igreja medieval tardia, e também ao culto popular de Maria”⁶⁰. Foi para corrigir esse tipo de piedade que surgiram pessoas como Desidério Erasmo (1466-1536)⁶¹ que exigiu uma correção de distorções na devoção a Mãe de Jesus, preocupado com uma devoção que ignorava Deus, que sujeitava Cristo à sua mãe e que substituíra uma vida cristã ética⁶². Eram tempos de desaprovação dos excessos da crença popular tanto por parte dos pensadores católicos quanto protestantes.

⁵⁶ COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012, p. 30.

⁵⁷ MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 18.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem. Esse tipo de pensamento, fazendo uso do método dedutivo e do silogismo da escolástica, funcionava assim: “Deus podia; convinha que fizesse; logo, fez. [...] Deus que é todo-poderoso, podia criar uma filha que não fosse manchada pelo Pecado Original. Ora, convinha que ele fizesse isso, em vista da obra redentora de Cristo. Então Deus concedeu a Maria o privilégio da Imaculada Conceição”

⁶⁰ COYLE, op. cit., p. 31.

⁶¹ Cf. GANHO, Maria de Lourdes Sigado. O Humanismo de Erasmo. VS 21, 2014, p. 169-180. Universidade do Porto – CITCEM. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13013.pdf>>. Acesso em: 03 de setembro de 2018. Conhecido como Erasmo de Roterdão, por ser natural desta cidade, é o representante maior do Renascimento humanista cuja obra mais conhecida é o “Elogio da Loucura”.

⁶² Cf. Coyle, op. cit, 2012

Num escrito chamado Magnificat, Martinho Lutero descreve uma bela imagem de Maria como mulher de fé e nosso modelo na graça divina⁶³. Para ele, “a verdadeira base da dignidade de Maria era como crente, e quaisquer bênçãos especiais concedidas por ela o foram pelos méritos de Cristo e não devido a méritos especiais possuídos por ela”⁶⁴. Percebemos que Lutero tem grande apreço pela Virgem Maria e que os reformadores não a rejeitaram em seu significado teológico. De fato, não foi a Maria em si mesma que os reformadores rejeitaram, mas aquilo que estavam fazendo dela. “[...] O temor de exageros e de excessos [...], pouco a pouco foi pondo fim entre os protestantes não só à invocação da Virgem, porém a todas as manifestações de amor filial para com ela”⁶⁵.

Além do mais, os reformadores

[...] Rejeitaram sua veneração sob fundamentos cristológicos. A polêmica de Lutero voltava-se essencialmente contra o que lhe parecia uma falsa imagem feita a Maria. Os reformistas achavam que rezar a Maria e pedir-lhe favores cerceava Cristo como o único mediador entre Deus e os seres humanos. Autores protestantes contemporâneos estão preparados para argumentar que o protestantismo cometeu um grave erro em sua oposição à Virgem⁶⁶.

Não estamos defendendo arbitrariamente o espírito que conduziu os reformadores à sua empreitada. Estamos tão-somente procurando compreender o panorama que os vários períodos da história apresentam a respeito das imagens marianas, como este do início da Idade Moderna que expõe essa problemática da rejeição dos excessos devocionistas marianos da Idade Média por parte dos reformadores. A Reforma, como sabemos, provocou cortes radicais com relação às devoções, imagens, velas e cânticos referentes aos santos e, sobretudo, a Nossa Senhora.

Esse tipo de reação da Reforma aos excessos devocionistas da Idade Média tardia provocou outra reação no período polêmico da pós-Reforma quando Maria foi quase eliminada do meio protestante. Os católicos, frente às críticas protestantes, aumentaram o entusiasmo por Maria, esforçando-se para preservar a sua posição sublime, até chegar ao que já dissemos antes, uma mariologia dos privilégios, que tratava de mostrar que é tudo o “que Deus concedeu a Maria que a faz ser melhor do que os outros seres humanos”⁶⁷. No século XVII, a França foi a grande definidora da devoção mariana por causa de sua visão de espiritualidade “cujas bases

⁶³ Cf. COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

⁶⁴ Ibidem, p. 32

⁶⁵ KOEHLER, Th. História da Mariologia. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 570.

⁶⁶ COYLE, op. cit., p. 32.

⁶⁷ MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 18.

doutrinários originaram-se de Pierre de Bérulle (+ 1629), fundador de uma sociedade de sacerdotes conhecida como Oratório Francês⁶⁸. A doutrina de Bérulle era fortemente teocêntrica e exaltava “a dignidade da mãe de Deus e a obra do Espírito Santo nela”⁶⁹. A escola francesa trazia uma espiritualidade mariana sentimental e exagerada, perpetuando os tempos dos excessos devocionais que voltaram, fortemente, na reação dos católicos à Reforma protestante.

De fato, o exagero era tal que, como afirma Coyle: “alguns católicos franceses acreditavam que bastava ser devoto exclusivamente de Maria para ser salvo”⁷⁰. João Eudes, presbítero francês e fundador da Congregação de Jesus e Maria (eudistas), também cooperou com esse tempo e com esse estilo mariano triunfalista e maximalista. É ele que promove o culto litúrgico ao sagrado coração de Maria e exige dos seus eudistas verdadeiro amor a Maria⁷¹.

Mas o auge da devoção e da espiritualidade mariana desse período foi alcançado com o conhecido Luís Maria Grignon de Monfort (+ 1716) e o seu “Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem”. O santo Grignon “[...] acreditava ser mais perfeito, em vez de aproximar-se de Deus diretamente, fazê-lo com mais humildade, por intermédio de um intercessor”⁷², dentre os quais a grande Virgem Santíssima, Rainha do céu e da terra, que deveria ser honrada com uma completa entrega interior, pois, segundo ele, “pequenas provas de amor pela Santíssima Virgem não bastavam para a salvação”⁷³, necessitando, o crente, ser inteiramente moldado por ela.

Como vemos, o século XVII, sobretudo, foi o século do exagero mariano, que era do parecer de que “[...] para Maria não há limites, nunca é demais exaltá-la”⁷⁴. A imagem mariana desse tempo advém do triunfalismo que fez emergir práticas devocionais muito questionáveis: Irmandades de “escravos de Maria”; voto de defender a fé na Imaculada⁷⁵, até o martírio; Manuais de devoções extravagantes a Maria⁷⁶.

O século XVIII apresenta ainda mais riqueza com relação à história mariana. Além de ser o século dos grandes pregadores como Pedro Anselmo (+ 1713), Francisco de Jerônimo (+ 1716), Leonardo de Porto Maurício (+ 1751) e quando diversos autores terem publicado um

⁶⁸ COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012, p. 33.

⁶⁹ KOEHLER, op. cit., p. 570.

⁷⁰ COYLE, op. cit., p.34.

⁷¹ Cf. Ibidem,

⁷² Ibidem, p. 34.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 18.

⁷⁵ Nesse período ainda não havia sido proclamado o dogma da Imaculada Conceição, que só ocorreu em 1854.

⁷⁶ Cf. COYLE, op. cit.

“Mês de Maria” para as celebrações do mês de maio, o século XVIII é sobretudo de santo Afonso Maria de Ligório (1696-1787) que escreveu a sua obra-prima intitulada: “As glórias de Maria” (1750). O livro “[...] é um tratado mariano sob forma de comentário sobre a Salve Rainha, fruto de 16 anos de trabalho e de meditação. Ele pretende fazer compreender melhor a devoção a Nossa Senhora e especialmente o recurso a sua intercessão [...]”⁷⁷.

Essa tendência esdrúxula da devoção a Maria foi freada no século XVIII com o iluminismo que apregoava a autoridade da razão e a liberdade de pesquisa, de decisão e de ação, criando grave crise para a Igreja “[...] que, até então, era a única autoridade para determinar o que era e o que não era verdade”⁷⁸. Esse movimento filosófico, que assentava grande ênfase na razão, não era nada favorável ao romântico e sentimental, muito menos às devoções do período anterior. Assim podemos descrever a grave crise na qual se encontrava a Igreja:

A Igreja, cada vez mais reprimida pelo poder secular e tentada pelo racionalismo iluminista, perdeu o interesse em promover o culto. Festas marianas foram eliminadas dos calendários religiosos locais, santuários desmoronavam e as devoções excessivas eram desencorajadas. Durante a Revolução Francesa, algumas igrejas retiraram as imagens de Maria, e a estátua da deusa da razão foi entronizada na catedral de Notre-Dame, em Paris. A literatura mariana cessou de existir, embora a devoção popular fosse suprida por sermões e panfletos, preparados por congregações particularmente devotadas a Maria. Os jesuítas, promotores do culto mariano, foram dispersados⁷⁹.

O século XVIII, como vemos, foi um século nada fácil para a Igreja como um todo e, no tocante às práticas devocionais e temáticas marianas, representou um grande problema. Podemos dizer que foi uma época de crise para a mariologia e de grande esfriamento devocional. Não dá para recolher figuras marianas determinantes em um período de amplo acuoamento devocional como esses. Mas, o século em questão se tornará importante para a mariologia que segue no século seguinte e que se apresenta como reação ao século anterior.

1.4. A figura de Maria nos séculos XIX e XX

Chegamos ao século XIX, considerado o início da “Era de Maria”. Que figuras marianas podemos recolher desse período em que ocorreram dedicações de grandes encíclicas ao tema

⁷⁷ KOEHLER, Th. História da Mariologia. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 571.

⁷⁸ COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012, p. 35.

⁷⁹ Ibidem, p. 35-36.

mariano, onde foram registradas tantas aparições⁸⁰ em toda a Europa, onde houve um renascimento do culto mariano, e onde Maria foi se tornando cada vez mais autônoma no campo da pregação e das discussões teológicas?⁸¹

O episódio das aparições de Nossa Senhora que fizeram surgir célebres santuários nos séculos XIX e XX ainda impressiona os pesquisadores do tema. O estudo dos fatos é bastante complexo que levou os estudiosos a pesquisarem e analisarem pacientemente a questão, aprestando-a sob dois pontos de vista, o sociológico e aquele à luz da fé. Do ponto de vista do primeiro “[...] podemos falar de uma sucessão de reações alternativas, o que equivale a dizer de uma passagem do racionalismo do século XVIII para um clima de fé no século XX [...]”⁸². Mas se preferirmos ler os fatos com os olhos da fé veremos que

[...] as intervenções de Deus no meio dos homens preveem o seu auxílio extraordinário (milagres) aos pobres ameaçados na sua existência, como se acha revelado na bíblia. Mas Deus dirige também um apelo à nossa boa vontade e às nossas reservas (que vêm dele) recorrendo a aparições, a vocações excepcionais à santidade, como a do Cura d’Ars, de Teresa de Lisieux, de Maximiliano Kolbe. Em todos esses eventos cristãos notamos a presença de Maria⁸³.

Beneficiando-se da nova atitude que havia brotado como reação ao programa do Iluminismo – o Romantismo – a doutrina e devoção marianas chegaram a um período de revitalização. Como exemplo, temos o já mencionado livro de Afonso de Ligório, “As glórias de Maria”, como uma das obras mais populares da época, e que atribuía a Maria neste mundo o papel de “[...] erguer as almas que haviam caído da graça divina e reconciliá-las com Deus, papel tradicionalmente atribuído a Cristo”⁸⁴, prescindindo da dependência que ela tinha de Cristo. Mais uma vez encontramos uma imagem mariana produzida pelo entusiasmo com relação a Maria. De novo encontramos uma Maria exclusiva, isto é, distanciada e independente de Cristo, uma Maria que representava um mundo belo e harmônico que era muito afastado daquele vulgar da vida cotidiana. A imagem que temos desse tempo é aquela de uma Maria sem Cristo ou distanciada dele. E esse entusiasmo mariano prosseguiu durante o século XX.

Se no século anterior emergiram inúmeras aparições em toda a Europa, outras foram registradas em Fátima, Portugal, em 1917, e em Beauraing, Bélgica, em 1932. O fenômeno das

⁸⁰ Ibidem, p. 36-37. “Na França: Paris, em 1830; La Salette, em 1846; Lourdes, em 1858; Normandia, em 1871; Roma, em 1842, e Knock, Irlanda, em 1879”.

⁸¹ Cf. COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

⁸² KOEHLER, Th. História da Mariologia. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 571.

⁸³ Ibidem

⁸⁴ COYLE, op. cit., p. 36.

aparições é um fato sem precedentes e que tem sua importância e seu valor, mas que não deve ser absolutizado, pois, trazendo a ocorrência de revelação aos videntes, estas devem ser entendidas apenas do ponto de vista do aprofundamento e da atualização da Palavra revelada e nunca como Revelação cristã constituída, pois a mesma se encerrou com a vinda de Jesus e a posterior definição do cânon da Bíblia⁸⁵.

No campo da piedade popular, surgiram grupos leigos com o fim de exercerem um apostolado de orientação mariana, além de movimentos e irmandades com caráter militante: a Legião de Maria (1921) e o Exército Azul (1947)⁸⁶, por exemplo. Tais movimentos tinham como ofício lutar em favor da Igreja na sua batalha contra o mundo e os seus poderes malignos. O legionário, por sua vez, inspirado na espiritualidade de São Luiz Grignon de Montfort, tornava-se escravo de Maria, entregando tudo a ela⁸⁷. Com a proclamação do dogma da Assunção, a devoção e a teologia acompanhavam os documentos oficiais.

No século XX, a espiritualidade católica quase divinizou Maria como coautora da redenção⁸⁸. E a imagem mariana que se destacava desse período era aquela do exagero e confusão a seu respeito. Essa imagem chegou à sua culminância na década de 1950, às vésperas do Concílio Vaticano II. Maria era “[...] exaltada como a ‘medianeira de todas as graças’, ‘corredentora’, ‘Mãe da Igreja’[...]”⁸⁹. Como já dissemos no início deste capítulo,

Cada época tende a moldar Maria de acordo com suas necessidades. [...] Esses títulos não raro nos revelam mais a respeito de nossas necessidades e das necessidades da Igreja em determinada situação na história que a respeito da própria Maria. [...] Os fiéis católicos mais simples, em especial os pobres e os destituídos, procuraram em Maria uma força que lhes permitisse interpretar a vida, sentir-se acompanhados e não abandonados, e ter esperança, por piores que fossem as circunstâncias e tragédias de suas vidas⁹⁰.

Procuramos, ao longo deste capítulo, destacar, à luz dos acontecimentos históricos, algumas imagens ou figuras Marianas que perpassaram a piedade popular e a produção teológica dos vários períodos da história da mariologia. Assim o fizemos para expor os possíveis problemas que a compreensão popular, ao longo da história, apresenta sobre a figura e o papel de Maria na vida da Igreja e dos fiéis de cada momento da história cristã.

⁸⁵ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

⁸⁶ Cf. COYLE, Kathleen. *Maria, tão plena de Deus e tão nossa*. São Paulo: Paulus, 2012.

⁸⁷ *Ibidem*

⁸⁸ *Ibidem*

⁸⁹ *Ibidem*, p. 39.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 40.

1.5. A figura de Maria presente em alguns de seus títulos mundialmente conhecidos e cultuados

Antes de avançarmos para o próximo capítulo, exporemos um breve painel sobre algumas figuras marianas mundialmente conhecidas e cultuadas como: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora de Nazaré. Saber das origens e tradição dessas “imagens” enriquecerá nossa compreensão a respeito das figuras marianas que acompanharam e continuam acompanhando a piedade popular.

Com efeito, muitos títulos marianos surgiram ao longo dos dois milênios cristãos: provenientes dos dogmas; das devoções relacionadas a momentos fortes da vida de Maria; ligados a traços de sua personalidade e dons; provenientes das aparições. Todos eles caracterizam a mesma mulher e “revelam a grande estima dos cristãos e o reconhecimento de que Maria foi modelo de fé, vida e seguimento”⁹¹. Os que exporemos aqui são títulos provenientes de imagens pictóricas – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – e do fenômeno do achado – Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora de Nazaré, além daquele do Rosário que mostra a participação de Maria na vitória de Lepanto.

O primeiro deles – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – é um dos mais populares e tem a sua origem no século XIV, quando, na ilha de Creta, na Grécia, recebia grande veneração por parte de muitas pessoas. Ícone de estilo bizantino, acreditado por muitos como tendo sido pintado pelo evangelista Lucas, a pintura trazia fama de milagrosa. “[...] Os religiosos redentoristas foram os maiores divulgadores, levando cópias da imagem em suas missões”⁹², o que fez com que a devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro se espalhasse pelo mundo. Em 1866, o misterioso ícone original foi exposto em Roma pelos redentoristas, com o apoio do papa Pio I. A devoção a este título é um dos mais populares entre os necessitados e aflitos, que veem em Maria um “[...] olhar acolhedor e terno, que inspira segurança e proteção”⁹³.

Título igualmente popular e cultuado, Nossa Senhora do Rosário tem sua origem na Idade Média. Os cristãos medievais adotaram o costume dos vassalos que ofereciam coroas de flores aos soberanos em sinal de submissão, dirigindo-o a Maria, para homenageá-la. Ofereciam-na uma “[...] tríplice coroa de rosas que recorda suas alegrias, dores e glórias ao lado de seu Filho Jesus[...]”⁹⁴. Nossa Senhora do Rosário tornou-se a protetora nas batalhas no tempo

⁹¹ ZANON, Darlei. *Nossa Senhora de Todos os Nomes: orações e histórias de 260 títulos marianos*. São Paulo: Paulus, 2017, p. 7.

⁹² *Ibidem*, p. 210.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 244

das cruzadas. “[...] Um dos maiores feitos a ela dedicados é a proteção na batalha de Lepanto, em 1571 [...]”⁹⁵ quando a Espanha, Veneza e a Igreja combateram as tropas mulçumanas atribuindo a vitória a Nossa Senhora do Rosário. O dia 7 de outubro foi marcado para festejar a vitória, daí neste dia celebrarmos Nossa Senhora com o título do Rosário. No Brasil, a devoção que antes era chamada festa de Santa Maria da Vitória (no tempo de Pio V) e que foi mudada por Gregório XIII, em 1573, para festa de Nossa Senhora do Rosário, está ligada à vinda dos escravos africanos, “[...] talvez devido à devoção introduzida pelos missionários dominicanos nesse continente”⁹⁶.

Muito conhecida é, também, a história que envolve o título Nossa Senhora Aparecida. Segundo o que narra o padre José Alves Vilela, na segunda quinzena de outubro de 1717, alguns pescadores que, na primeira tentativa não haviam pegado peixe algum, quando chegaram ao Porto de Itaguaçu, ao lançar sua rede de arrasto tirou o corpo de Nossa Senhora, sem a cabeça. Lançando outra vez a rede, tirou a cabeça da mesma Nossa Senhora da Conceição. A partir do momento em que o pescador João Alves guardou a imagem em seu barco, foi tão grande a pescaria em poucos laços que estavam a ponto de naufragarem; admirados diante do sucesso, retirou-se, com os outros pescadores, para suas casas.

Passando de pai para filho, a conservação da imagem passou a morar em Itaguaçu, onde Atanásio Pedroso, filho de Felipe Pedroso, fez um oratório e um altar para colocar a imagem. Passados sucessivos milagres,

[...] uma capela foi construída para acolher os visitantes que vinham rogar sua intercessão. Em 1888 foi benta a chamada ‘basílica velha’ e em 1980 o papa João Paulo II consagrou o atual santuário, um dos maiores do mundo. A tradição de romarias à Basílica de Aparecida (SP) iniciaram em 1900, com a ida de 1200 peregrinos de São Paulo. Em 1929, Nossa Senhora Aparecida foi proclamada Rainha do Brasil e Padroeira do Brasil. A coroa e o manto azul-marinho que cobrem a imagem negra de Nossa Senhora da Conceição Aparecida foram doação da princesa Isabel, devota da Virgem⁹⁷.

Nossa Senhora de Nazaré é um título que, em primeiro lugar, faz referência à cidade onde Maria e José viveram e criaram Jesus. Há uma lenda segundo a qual o próprio José havia esculpido uma imagem da esposa, “[...] que passou por diversos lugares e se perdeu na Idade Média[...]”⁹⁸. Sendo encontrada no século XII por um cavaleiro português que, perdido na

⁹⁵ ZANON, Darlei. Nossa Senhora de Todos os Nomes: orações e histórias de 260 títulos marianos. São Paulo: Paulus, 2017, p. 244.

⁹⁶ Ibidem

⁹⁷ Ibidem, p. 34.

⁹⁸ Ibidem, p. 191

floresta, encontrou a imagem numa gruta e a ela pediu que lhe mostrasse o caminho de casa, e tendo ele sido atendido em seu pedido, construiu uma capela para a imagem, iniciando, assim, a devoção que foi trazida para o Brasil no século XVII.

Na sua fase brasileira, a devoção tomou fulgor no Pará com o tradicional Círio de Nazaré, festa começada há mais de 200 anos. Sobre sua origem conta-se o seguinte:

[...] o caboclo Plácido José de Souza achou uma imagem da Virgem de Nazaré num córrego. Levada daí, a imagem sempre era reencontrada milagrosamente no riacho. Uma última tentativa foi colocá-la no altar de uma capela, mas no dia seguinte ela estava novamente no córrego, e o caminho entre o riacho e a capela – onde hoje existe o santuário – apresentava um rastro como sinal de que a Santa realmente passou por ali. Este é o caminho hoje repetido pelos fiéis no Círio de Nazaré⁹⁹.

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré, anualmente realizado em Belém, é uma das maiores expressões da devoção popular no Brasil e a que reúne o maior número de fiéis. São, ao todo, cerca de 2 milhões de fiéis na grande procissão do segundo domingo de outubro.

A partir das figuras marianas e dos conceitos mariológicos encontrados ao longo da história da mariologia, daremos um passo considerando dois temas elementares que pretendem nos ajudar a compreendê-la para, assim, imitar aquela que é ícone de fé e de discipulado para toda a Igreja. Maria, com efeito, é modelo eminentíssimo de inúmeras virtudes. De modo inclusivo Maria é mãe da fé e modelo de discípula.

⁹⁹ 99 ZANON, Darlei. Nossa Senhora de Todos os Nomes: orações e histórias de 260 títulos marianos. São Paulo: Paulus, 2017, p. 191.

CAPÍTULO 2

A FÉ E O DISCIPULADO DE MARIA

Com o intuito de esclarecer o papel e a importância de Maria na história da salvação para evitar equívocos quanto à figura que ela representa no plano salvífico, abordaremos dois temas básicos que nos permitirão não só retificar nosso modo de cultuá-la, como também nos conduzirão a imitar seus exemplos. Tratam-se dos temas da “fé” e do “discipulado” que serão as bases para esta pesquisa que, além de ampliar o modo de compreender a figura da Virgem, nos apontará duas de suas qualidades a serem imitadas.

Maria é ícone, modelo perfeito de fé e discipulado. É, outrossim, o “tipo da Igreja”. Segundo a Constituição dogmática *Lumen Gentium*, “[...] no mistério da Igreja, a qual também se chama com razão virgem e mãe, à Santíssima Virgem Maria pertence o primeiro lugar, por ser, de modo eminente e singular, exemplo de virgem e mãe [...]”¹⁰⁰. Vários documentos do Magistério da Igreja, ao fazerem referência à Virgem Maria, tratam-na como ícone, arquétipo, modelo.

Na Carta Encíclica do Sumo Pontífice João Paulo II, *Redemptoris Mater*, Maria brilha como modelo de virtudes¹⁰¹; noutra Carta Encíclica de João Paulo II, *Veritatis Splendor*, Maria aparece como a mãe de misericórdia que “[...] em perfeita docilidade ao Espírito, experimenta a riqueza e a universalidade do amor de Deus, que lhe dilata o coração e a torna capaz de abraçar todo o gênero humano [...]”¹⁰². Na *Deus Caritas Est*, de Bento XVI, entre os santos que praticaram de forma exemplar a caridade, Maria sobressai como aquele espelho de toda a santidade¹⁰³; na Encíclica de Francisco, *Lumen Fidei*, Maria é o modelo de fé, a mulher feliz que acreditou e em cuja confissão de fé o crente está todo envolvido¹⁰⁴.

Além disso, Maria é o exemplo de atitude espiritual com que a Igreja celebra e vive os divinos mistérios¹⁰⁵, a Virgem que sabe ouvir, a Virgem dada à oração, a Virgem oferente, o exemplo de toda a Igreja, no exercício do culto divino¹⁰⁶. É ainda, a discípula mais perfeita do

¹⁰⁰ LG, n. 63.

¹⁰¹ Cf. JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Mater*. In: Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus, 1997, n. 6.

¹⁰² JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Veritatis Splendor*. In: Encíclicas de João Paulo II. São Paulo: Paulus, 1997, n. 120. 106

¹⁰³ Cf. BENTO XVI. Carta Encíclica *Deus Caritas Est*: aos bispos, presbíteros e diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre o amor cristão. São Paulo: Paulinas, 2006, n. 40-41.

¹⁰⁴ Cf. FRANCISCO. Carta Encíclica *Lumen Fidei*: aos bispos, aos presbíteros, aos diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre a fé. São Paulo: Paulinas, 2013, n. 58-59.

¹⁰⁵ Cf. PAULO VI. *Marialis Cultus*: para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria. Coleção *Theotókos*, volume 2. Brasília: Edições CNBB, 2016, n. 16-18.

¹⁰⁶ Cf. MC, n. 20-21.

Senhor e a grande missionária¹⁰⁷; “[...] a mais abençoada dos santos entre os santos, aquela que nos mostra o caminho da santidade e nos acompanha”¹⁰⁸.

Mas, que significa dizer que Maria é arquétipo, ícone, “tipo da Igreja”? Conceito já usado pelos Padres da Igreja e retomado no Concílio Vaticano II, o “tipo” indica “[...] algo que está atrás de nós, como início e primícias, ou também arquétipo da Igreja, e, ao mesmo tempo, algo que está em frente de nós, como modelo e exemplar perfeito a ser imitado”¹⁰⁹. Sendo Maria esse “tipo” ou, como prefere usar o frei Cantalamessa, “espelho”, ela é aquela em quem podemos ver refletida a imagem de como deve ser o cristão. E por ser sempre referida ao seu Filho, nela vemos refletida a sua imagem. Nela tudo fala de Jesus.

Maria é ícone de fé, discipulado e de tantas outras virtudes na medida em que entendemos que tais virtudes não são encerradas nela, mas advindas de um Outro. De fato, ao olhar para a Virgem Santíssima deveríamos enxergar as maravilhas que Deus faz aos humildes como ela mesma cantou no *Magnificat*, deveríamos ver refletida nela a mão de Deus que eleva os humildes e derruba os poderosos de seus tronos.

Desse modo, podemos afirmar que Maria é ícone de vivência cristã porque reflete aquilo que é obra de Deus realizada em sua vida. É modelo de crente, discípulo, mãe, é a mulher por excelência porque ela se deixou envolver pela sombra do Espírito Santo. Ao olhar para qualquer de suas virtudes deveríamos nos encher de júbilo porque nela vemos acontecer as maravilhas que Deus realiza na vida do seu povo. Assim, olhando para ela, deveríamos nos alegrar por notar que também nós podemos ser reflexos do amor misericordioso de Deus, que também podemos colaborar com a graça divina.

Não queremos com isso dizer que todo olhar que fizermos para ela deva partir de nós – como aliás tem acontecido em todos os períodos da história devocional, como vimos no capítulo anterior. Ao contrário, olhando para ela devemos chegar à imitação de suas virtudes, ao seguimento de seus passos, naquele processo de peregrinação de fé que ela mesma fez, e também no seu caminho de discipulado, que é icônico para todo cristão que procura se tornar um discípulo crente que se põe aos pés de Jesus e o segue de maneira profunda e verdadeira como fez Maria de Nazaré.

¹⁰⁷ Cf. DOCUMENTO DE APARECIDA, Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latinoamericano e do Caribe, 13-31 de maio de 2007. São Paulo: Edições CNBB: Paulinas: Paulus, 2008, n. 266-269. 108

¹⁰⁸ FRANCISCO. Exortação apostólica *Gaudete et Exsultate*: sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2018, n. 176.

¹⁰⁹ CANTALAMESSA, Raniero. Maria, um espelho para a Igreja. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1992, p. 8.

Certamente que o mistério da Virgem Maria supera qualquer concepção que possamos ter sobre ela – mesmo que aqui nos reduzamos a apenas duas de suas inúmeras virtudes, isto é, a sua fé e o seu discipulado. Mas, ficando com essas duas, queremos tomar dois de seus atributos que, ao nosso ver, são englobantes, isto é, trazem em si outras virtudes sobre as quais poderíamos discursar exaustivamente sem exauri-las. Tais virtudes nos servem de norte para orientar o próprio modo de conceber a fé e o discipulado cristão.

2.1. A fé de Maria

Em primeiro lugar cabe-nos examinar em que consiste a fé de que estamos falando. Segundo a Carta encíclica *Lumen Fidei*, “a luz da fé é expressão com que a tradição da Igreja designou o grande dom trazido por Jesus”¹¹⁰. O dom da fé, com efeito, não é uma luz ilusória, como se o crente desse um salto no vazio; ao contrário, a fé traz um caráter singular que é capaz de iluminar toda a existência do homem¹¹¹. A fé é o encontro com o Deus vivo manifestado em Cristo que é capaz de dar uma nova visão da existência, é um “dom de Deus e virtude sobrenatural por Ele infundida”¹¹². A fé cristã é um dom divino que surge da experiência com Cristo ressuscitado, é a resposta da pessoa à revelação de Deus, é uma resposta que se dá em forma de confiança.

É essa concepção de fé que queremos tratar, não cabendo aqui qualquer entendimento da mesma enquanto mera “força de vontade” ou “pensamento positivo” como muito se tem verificado na concepção de muitas pessoas do nosso tempo. A fé que concebemos aqui deve ser entendida de tal forma que, olhando para Maria, enxerguemos a crente por excelência porque reconheceu em Jesus, desde o início, o definitivo enviado de Deus¹¹³. Ademais, “a fé é, pois, a nota mais característica da atitude espiritual de Maria, que abriu a ação de Deus e permitiu que o plano de salvação se realizasse nela e, por meio dela, em todos nós”¹¹⁴.

Na Carta aos Hebreus vemos uma espécie de definição teológica da fé como posse antecipada e conhecimento seguro das realidades celestes: “A fé é um modo de já possuir o que se espera, um meio de conhecer as realidades que não se veem” (Hb 11,1). Aqui aparece a única referência na Bíblia à fé enquanto modo de visão e como tomada de posse daquilo que se espera.

¹¹⁰ LF, n. 1.

¹¹¹ Cf. LF, n. 4.

¹¹² LF, n. 7.

¹¹³ Cf. CASALEGNO, Alberto. Para que contemplem a minha glória: Introdução à teologia do Evangelho de João. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

¹¹⁴ CIPRIANI, S. Crente. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 335.

Em Maria podemos vislumbrar tal atitude crente, pois, desde cedo, aprendeu que devia deixar tudo nas mãos do filho, que tinha de dizer sim àquilo que era mais incompreensível, que devia, com a graça do Espírito Santo, ir crescendo e amadurecendo a sua intuição de simples “serva do Senhor”¹¹⁵.

No quarto evangelho “[...] o autor não faz um discurso abstrato sobre a fé; fala por meio de exemplos, apresentando vários personagens que manifestam a sua simpatia por Jesus até chegar a crer [...]”¹¹⁶. O quarto evangelista apresenta a fé como a ação de crer, sendo ela não uma coisa abstrata, mas uma atitude concreta. Segundo a etimologia, o verbo grego *pisteuo* (crer) “significa abandonar-se, confiar a própria existência a um outro que merece confiança”¹¹⁷. Mesmo no dicionário da língua portuguesa¹¹⁸, a fé não é apresentada de forma meramente abstrata, mas como crença religiosa, confiança absoluta, dar crédito a, crer.

Mas abandonar-se nas mãos de alguém não é coisa simples e nem fácil. É uma atitude que exige renúncia de si e a faculdade de aceitar a medida de um outro. E num tempo onde o ser humano se reclama cada vez mais autossuficiente, dominante de tudo e pensa-se a medida de todas as coisas, a atitude de crer torna-se ainda mais difícil de ser vivida.

Não obstante a isso, há também uma necessidade de crer¹¹⁹. O homem vai se percebendo limitado e a sua “onipotência” vai sendo destruída. As superestruturas e os progressos, que ele foi capaz de construir na era da tecnologia, têm-se mostrado incapazes de solucionar os problemas mais profundos da sua existência, e isso lhe conduz a um sentimento de frustração. E isso tudo vai levando o ser humano a perceber a sua necessidade de libertar-se de si mesmo e autotranscender-se, pois, no fundo, sabe que existem mãos mais seguras às quais pode confiar o seu destino.

Ao nos debruçarmos sobre a temática da fé de Maria, não queremos nos distanciar dessa realidade paradoxal em que se encontram os tempos modernos. Olhar para a jovem crente de Nazaré deve nos trazer luzes para retomarmos o sentido da fé e inseri-la na vida cotidiana, que necessita se deixar guiar pela iniciativa de Deus. Ela, mais do que nós todos, encontrou-se no quase absurdo da fé, pois, no momento da Anunciação, estava diante do mistério de Deus: “[...] a sua maternidade messiânico-divina, que o anjo lhe anuncia, que a coloca fora das possibilidades humanas normais [...]”¹²⁰ não é algo que, de praxe, acontecia com todas as jovens

¹¹⁵ Cf. BALTHASAR, Hans von. *Maria para hoje*. São Paulo: Paulus, 2016.

¹¹⁶ CASALEGNO, op. cit., p. 347.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 350.

¹¹⁸ Cf. FÉ. In: BECHARA, Evanildo. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

¹¹⁹ CIPRIANI, S. *Crete*. In: *Dicionário de Mariologia*. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 335.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 336.

de Nazaré e, “[...] devido à humilde ideia que fazia de si, não podia simplesmente imaginar”¹²¹ que algo tão grandioso e divino poderia dar-se, justamente com ela.

Maria é, para todos os cristãos, ícone de uma fé digna de ser imitada e se quisermos realmente crescer nessa virtude, devemos olhar para ela. Não estamos dizendo que sua fé era já acabada, pronta desde o início; observaremos que a crente por excelência percorreu um caminho de fé; esta fé não deve ser entendida de forma estática. O testemunho evangélico de Lucas vai nessa direção quando nos apresenta sua mariologia. Na concepção lucana, diferente daquela de Marcos, na qual Maria é apenas a mãe clânica ou carnal do Messias¹²², a Virgem aparece já como uma personalidade, uma mulher livre, a crente por excelência. É possível, em Lucas, se referir a ela como a peregrina na fé¹²³.

2.2. A evolução da fé de Maria

Afonso Murad no seu *Compêndio de Mariologia*, colocando a Virgem entre os discípulos de Jesus, fala de uma travessia da fé e do seguimento que é a condição necessária para se manter no caminho de Cristo¹²⁴. Ainda que a Virgem Santíssima seja um membro eminentíssimo da Igreja de Cristo¹²⁵ e, como afirmou Paulo VI, o seu sim “é para todos os cristãos lição e exemplo”¹²⁶ não é errado pensar em uma fé que peregrina e cresce. E também aí nesse ponto, Maria é o nosso modelo cabal, pois que também nós devemos crescer na fé, imitado seus passos.

Se ela fez esse percurso crescente na fé, como isso se deu? Como é possível comparar aquela fé do momento da Encarnação com aquela outra do momento da Redenção, quando ao pé da cruz ela se manteve junto ao Filho? Maria necessitava mesmo fazer esse percurso? Sua fé já não era pronta o bastante?

Afonso Murad, fazendo uma hermenêutica do Evangelho de Lucas, afirma que a opinião sobre Maria como uma “santinha pronta e acabada” é equivocada¹²⁷. Ela não sabia de tudo, não compreendia tudo; no Evangelho a vemos, não raras vezes (se levarmos em consideração a quantidade de textos a ela referidos), como aquela que guardava tudo no coração. E aqui nesse

¹²¹ CIPRIANI, S. Crente. In: *Dicionário de Mariologia*. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 36.

¹²² Cf. BOFF, Clodovis. *Introdução à mariologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

¹²³ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ Cf. LG, n. 53.

¹²⁶ MC, n. 21.

¹²⁷ Cf. MURAD, op. cit.

fato aparece algo de muito nobre, pois mesmo sem entender, Maria silenciava, meditava e confiava no Filho, se colocava inteiramente nas mãos do mistério de Deus.

Maria não é modelo de fé porque já sabia de tudo o que ocorreria com seu Filho ou porque ela entendia tudo o que ele dizia, mas porque, mesmo não sabendo e não entendendo tudo, dava-lhe pleno assentimento, oferecendo-se inteiramente à sua causa. De fato, “ela está sempre envolvida em mistérios cujo sentido lhe excedem”¹²⁸; ela lhes abre espaço em seu coração, para ali meditar sobre eles; e, por fim, entende que “devia deixar tudo nas mãos do filho”¹²⁹.

Murad¹³⁰ ilustra, retirando do Evangelho de Lucas, alguns exemplos onde se vê essa atitude de não compreensão, silêncio e entrega a Deus por parte de Maria. Em primeiro lugar, na cena da apresentação do menino Jesus no Templo, na voz de Simeão: “Eis que este menino foi colocado para a queda e para o reerguimento de muitos em Israel, e como um sinal de contradição, – e a ti, uma espada traspassará tua alma! – para que se revelem os pensamentos íntimos de muitos corações” (Lc 2,34s); em outro lugar: Maria e José “ficaram surpresos” e “não compreenderam a palavra que ele lhes dissera” (Lc 2,48.50); mais ainda: Maria “guardava a lembrança de todos estes fatos em seu coração” (Lc 2,51)¹³¹.

Maria “conservava e meditava em seu coração” as palavras sobre seu filho. A esse respeito, Von Balthasar descreve Maria como memória da Igreja, recordando uma homilia de São João Paulo II por ocasião da solenidade de Santa Maria, Mãe de Deus, em 1º de janeiro de 1987, quando chamou a atenção “para um importantíssimo aspecto de sua relação com a Igreja”¹³². Maria, como memória da Igreja, reflete sobre o mistério de Cristo e, sem o compreender o suficiente, vê-se envolvida naquilo que lhe está acontecendo.

Maria não compreendia o significado das palavras que lhe dissera o anjo, mas pensava continuamente sobre elas. E como o próprio Von Balthasar analisa, pensar significa “examinar por todos os lados”¹³³. Maria se deixava envolver pelo mistério de Cristo e, mesmo sem entender inclusive o fato de Deus ter um filho, via-se envolvida nos acontecimentos que lhe diziam respeito. E com isso, em profunda atitude de reflexão interior, ela crescia e amadurecia

¹²⁸ BALTHASAR, Hans von. *Maria para hoje*. São Paulo: Paulus, 2016, p. 22-23.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ 130Cf. MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

¹³¹ Cf. *Ibidem*.

¹³² BALTHASAR, op. cit., p. 21.

¹³³ *Ibidem*.

em sua intuição de ser a simples serva do Senhor¹³⁴. Maria, na medida em que se confiava aos mistérios de Deus e se entregava a Ele, percorria o caminho de fé que estará crescida no momento da Cruz, quando ela se tornará a “mãe espiritual dos membros que somos nós porque, com sua caridade, cooperou para o crescimento da Igreja dos fiéis, que são membros daquela Cabeça”¹³⁵.

Ela não tinha uma presciência das coisas futuras, não compreendia tudo, mesmo porque não era capaz de abarcar por completo nem mesmo o que lhe acontecia em contemporaneidade, pois se tratava do mistério de Cristo que excede toda e qualquer capacidade cognitiva. Aliás, se tinha uma coisa que ela havia compreendido, desde as bodas de Caná, era que “devia deixar tudo nas mãos do filho”¹³⁶ e que “devemos dizer sim àquilo que é mais incompreensível”¹³⁷.

Vemos que não podemos criar uma imagem de Maria como se fosse uma “deusa” e nem podemos desencarná-la. Não tinha uma fé completa, não sabia de tudo o que lhe iria acontecer e nem ao filho. Sabia apenas que deveria confiar no Senhor e viver envolvida nele. Sua fé, desde o início, na Anunciação, é arquetípica como testemunham os evangelhos, mas é também suscetível de progresso, pois não é estática.

Para chegar a uma melhor compreensão sobre o progresso da fé de Maria, avocamos os comentários do frei Silvio de Almeida¹³⁸ que na segunda edição da “Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém” nos oferece um valioso artigo sobre a figura de Maria à luz de Von Balthasar. O referido autor, comentando Von Balthasar, fala de duas maternidades de Maria.

Maria, com efeito, é “*Theotokos*”, isto é, mãe de Deus e, também, “*Mater Ecclesiae*”, isto é, mãe da Igreja. Verificamos acima, com a segunda concepção, a profundidade da relação Maria-Igreja a tal ponto que percebemos em Balthasar “um princípio mariano da Igreja, o qual, segundo o autor, antecede o princípio institucional petrino”¹³⁹. Maria, na concepção de Balthasar “é a figura feminina sempre pronta a receber, e também sempre pronta a oferecer o útero onde será depositada a semente que gera a fé”¹⁴⁰. Aos pés da Cruz, Maria é “diferente”

¹³⁴ Cf. Ibidem ALMEIDA, Silvio. OFM. A figura de Maria à luz da Teologia de Hans Urs von Balthasar. In: Católica, Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018, p. 107. 140 Ibidem, 2018, p. 108. 141 Ibidem.

¹³⁵ SANTO AGOSTINHO apud CANTALAMESSA, Raniero. Maria, um espelho para a Igreja. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1992, p. 106-107.

¹³⁶ BALTHASAR, Hans von. Maria para hoje. São Paulo: Paulus, 2016, p. 23.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Doutor em teologia dogmática pela Universidade Gregoriana de Roma, com uma tese sobre H. U. von Balthasar.

¹³⁹ ALMEIDA, Silvio. OFM. A figura de Maria à luz da Teologia de Hans Urs von Balthasar. In: Católica, Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018, p. 107.

¹⁴⁰ Ibidem, 2018, p. 108.

daquela do momento da Encarnação, isto é, tem uma fé mais madura, a tal ponto que “[...] está pronta para gerar, na fé recebida do Filho, a Igreja que nasce [...]”¹⁴¹.

A ela são pedidas duas maternidades distintas como já afirmamos antes: ser a mãe do Verbo encarando e a mãe da Igreja. Para cada uma são necessárias preparações diferentes. Para a primeira é exigido o privilégio da imaculabilidade que lhe foi dado em vista da Encarnação; para a segunda, a fim de que se torne mãe na fé de toda a Igreja, é exigida a formação para a maternidade eclesial; formação esta que lhe é dada pelo seu próprio Filho¹⁴². De fato, Maria deve estar madura para assumir o encargo que lhe será confiado, para que permaneça aos pés da Cruz, “[...] no momento mais dramático de sua vida [...]”¹⁴³. Desse modo, tal momento exigirá uma fé maior do que aquela da Encarnação.

Como podemos observar, a fé de Maria não é estática, mas se desenvolve a partir da Anunciação até chegar à sua plenitude aos pés da Cruz. Aquela fé mariana da Encarnação já é consideravelmente grande, como alegou Raniero Cantalamessa ao afirmar que “o ‘fiat’ de Maria permanece, pois, pleno e sem condições”¹⁴⁴, mas aqui em Balthasar ela recebe uma dimensão sublime, a tal ponto que se pode dizer que a fé do Calvário é superior à fé da Anunciação. A dilatação da fé mariana é sinal perfeíttimo para os discípulos de Jesus que são chamados a desenvolver esse dom divino, recebido no Batismo, e que deve crescer cotidianamente até o fim, quando não se precisará mais dela, pois que “o veremos tal como Ele é” (cf. 1Jo 3,2).

O tema da peregrinação da fé também aparece na encíclica *Redemptoris Mater*, de João Paulo II. A “[...] ‘peregrinação da fé’, na qual ‘a bem-aventurada Virgem Maria avançou’, conservando fielmente a união com Cristo [...]”¹⁴⁵ não só diz respeito ao seu itinerário pessoal, mas também ao do povo de Deus que toma parte na mesma peregrinação da fé. De fato: “A sua excepcional peregrinação da fé representa um ponto de referência constante para a Igreja, para as pessoas singulares e para as comunidades, para os povos e para as nações e, em certo sentido, para toda humanidade. É verdadeiramente difícil abarcar e medir o seu alcance”¹⁴⁶.

¹⁴¹ Ibidem

¹⁴² Cf. ALMEIDA, Silvio. OFM. A figura de Maria à luz da Teologia de Hans Urs von Balthasar. In: *Cathólica, Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação*. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018.. 145 RM, n. 5. 146 Ibidem, n. 6.

¹⁴³ Ibidem, p. 109

¹⁴⁴ CANTALAMESSA, Raniero. *Maria, um espelho para a Igreja*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1992, p. 33.

¹⁴⁵ RM, n. 5.

¹⁴⁶ Ibidem, n. 6

148 Cf. LF, n. 58.

149 LF, n. 59.

150 BOFF, Clodovis. **Introdução à mariologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 52.

Embora o Papa tenha aprofundado a temática em sua encíclica, aqui nos parece oportuno somente destacar três coisas: a primeira é quanto ao tema que estamos desenvolvendo: a fé de Maria é uma fé que cresce e ela é, por assim dizer, a peregrina na fé; a segunda é que a referência do Santo Padre coloca a pessoa de Maria junto de Cristo, em união com ele. Quer dizer, Maria cresce nas virtudes, mas sempre referida ao seu filho; seu caminho pessoal não é exclusivo, mas sempre em união com Cristo; a terceira é que sua fé é icônica, isto é, serve de referência para toda a humanidade que também deve peregrinar na fé sempre em união com Cristo.

2.3. A Encarnação: ícone de fé mariana

Após a reflexão sobre a fé de Maria na Encarnação e a fé de Maria na ocasião da Redenção, e após entendermos de que modo se pode falar de uma fé que cresceu, voltaremos ao episódio da Anunciação para salientar esse grande ícone de fé. Muitos escreveram sobre esse episódio, sob os mais variados olhares e interesses; também nós voltaremos a ele sob a ótica de Raniero Cantalamessa, bem como de outros autores para demonstrar a profundidade daquela fé icônica vislumbrada no “sim” de Nossa Senhora.

O que aconteceu em Nazaré, quando a jovem Maria respondeu ao Anjo o seu fiat? Segundo Cantalamessa “[...] com estas poucas e simples palavras realizou-se o maior e mais decisivo ato de fé na história do mundo [...]”¹⁴⁷. O fiat mariano foi e continua sendo o modelo de fé autêntica para os cristãos de todos os tempos, e Maria, a Mãe do Senhor, o ícone perfeito da fé, na qual tem cumprimento a longa história do Antigo Testamento¹⁴⁸ e em quem “[...] o crente se envolve todo na sua confissão de fé [...]”¹⁴⁹.

O acontecimento de Nazaré é de significado tal que devemos mergulhar em seu mistério para enxergar a ação de Deus na criatura humana a fim de perceber como aquele acontecimento nos alcança ainda hoje e para que o conheçamos melhor para melhor amá-lo. Entramos no horizonte teológico da autorrevelação de Deus o qual não se verifica apenas com o esforço da razão humana, mas com o acolhimento e busca de uma compreensão mais profunda da palavra que Deus pronuncia de Si mesmo.

Em primeiro lugar, ao pormos o olhar sobre o acontecimento da Anunciação, contemplamos na Virgem Maria a figura da crente que, com ato de liberdade, abre-se a Deus e

¹⁴⁷ CANTALAMESSA, Raniero. **Maria, um espelho para a Igreja**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1992, p. 33.

¹⁴⁸ f. LF, n. 58.

¹⁴⁹ LF, n. 59.

se dá toda em oferta e amor a Ele. Maria é, no texto da Anunciação, a mulher crente, “[...] que decide, que assume e que diz ‘sim’ de modo livre e determinado. A sua foi uma fé ativa e obediente [...]”¹⁵⁰.

O conhecido acontecimento de Nazaré que tanto utilizamos na música, na arte, na poética, na teologia, na liturgia e nos atos de devoção nos oferece uma sóbria e verdadeira imagem mariana que deve servir de orientação para o nosso modo de compreender a figura da Virgem, muitas vezes tão distante da “serva do Senhor” que se abre a Deus para que Ele realize a Sua vontade na sua vida e na vida do mundo.

Na Anunciação do Anjo a Maria, assim como em todas as outras cenas de anúncio na Bíblia, aparece explícita a iniciativa de Deus para salvar o seu povo. O motivo mais excelso daquele acontecimento não está exclusivamente em Maria, mas em Deus que toma a iniciativa do anúncio e em Jesus Cristo, o Verbo Encarnado, que se prepara para habitar no meio de nós.

Outrossim, o relato da anunciação em Lucas, tem algo de original. “Não só prepara o nascimento de Jesus, mas também mostra a vocação de Maria e sua resposta generosa”¹⁵¹. Algumas expressões do referido relato falam de Maria e de sua missão e, nesse sentido, servemnos para coletar imagens autenticamente bíblicas que nos ajudam a melhor compreender sua imagem, de maneira mais fidedigna.

A expressão “alegra-te”, colocada na boca do enviado de Deus, convida Maria a participar da alegria dos tempos messiânicos que está a despontar. “Cheia de graça” é a forma para dizer que Maria é alguém muito especial, que é agraciada por Deus, querida e contemplada por Ele. Ainda, a expressão “o Senhor está contigo” é uma declaração de incentivo à Virgem que terá uma missão exigente, mas na certeza de que o Senhor estará ao seu lado para dar-lhe força¹⁵².

No acontecimento da Anunciação Maria é a jovem de Nazaré, prometida em casamento a um varão chamado José, que responde prontamente o seu “sim”, toda disponível a Deus. É a jovem convidada a participar dos tempos messiânicos que se realizarão através da sua entrega crente. De fato, a fé “[...] significa arriscar-se e jogar-se nas mãos do Senhor com confiança [...]”¹⁵³ e foi o que Maria fez ao “professar” o seu generoso fiat, aceitando “[...] a proposta do Senhor com o coração aberto, num grande gesto de generosidade e de fé”¹⁵⁴. A passagem da

¹⁵⁰ BOFF, Clodovis. **Introdução à mariologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 52

¹⁵¹ MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana**: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 54.

¹⁵² Cf. *Ibidem*.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 55.

¹⁵⁴ *Ibidem*

Anunciação “acentua que Maria serviu de parâmetro para que a comunidade pudesse se compreender em sua fé”¹⁵⁵.

As palavras com que Maria dá o seu assentimento ao anúncio do anjo mostram a aceitação consciente do seu papel de mulher “crente”, desafiada por uma realidade e por um conjunto de acontecimentos que vão além da medida que a inteligência, o equilíbrio e o bom senso podem, de certa maneira, atingir a até controlar: “Eis-me. Eu sou a serva do Senhor, faça-me em mim aquilo que disseste” (Lc 1,38)¹⁵⁶.

O acontecimento de Nazaré alcança-nos ainda hoje. Quando recordamos do episódio da Anunciação, lembramos que “somos também agraciados por Deus, que ele está conosco, que nos chama a uma missão e que sua presença produz alegria em nós. A vocação de Maria é como um espelho para a vocação cristã. Olhando para ela, a gente vê melhor [...]”¹⁵⁷ o nosso caminho de discipulado e a autenticidade da nossa fé.

Para que, como Maria, a crente por excelência, também sejamos peregrinos na fé, cabe, ainda, salientar algumas características daquela fé da Anunciação. Em primeiro lugar, a fé de Maria é uma fé de contemporaneidade, isto é, acreditou no momento mesmo dos acontecimentos que lhe diziam respeito; a fé de Maria é, também, uma fé instantânea, isto é, acreditou logo, não suspendeu o juízo, logo acreditou que conceberia um filho por obra do Espírito Santo; ainda, a fé de Maria é uma fé alegre, pois com o seu fiat ela expressa um vivo desejo de fazer o que Deus quer; ademais, a fé de Maria é uma fé obediente, isto é, reconhece ser verdade o que Deus afirma e aceita-o de bom grado; por fim, a fé de Maria é uma fé esponsal, pelo fato de ser o sim nupcial da esposa para com o esposo, um sim pronunciado com toda liberdade e também porque com aquele sim ela se ofereceu a Deus pelo Espírito Santo¹⁵⁸.

2.4. O discipulado de Maria

Tema igualmente importante para a nossa reflexão é o discipulado de Maria. A partir de agora expô-lo-emos trazendo à tona algumas reflexões que nos oferecem importantes retratos do modelo discipular que é a Virgem Santíssima. Tudo isso para observarmos em que sentido

¹⁵⁵ ROUET, Albert. Maria e a vida cristã. São Paulo: Paulinas, 1980, p. 40.

¹⁵⁶ CIPRIANI, S. Crente. In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 337.

¹⁵⁷ MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 55-56.

¹⁵⁸ Cf. CANTALAMESSA, Raniero. Maria, um espelho para a Igreja. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1992.

o referido tema pode esclarecer a importância que tem Maria na vida dos cristãos, com o objetivo de evitar errôneas compreensões maximalistas ou minimalistas.

Como muitas vezes, na devoção popular, coloca-se em relevo a pessoa de Maria como a “rainha”, a “senhora”, “a mulher que esmaga a cabeça da serpente”, cabe pensar uma mariologia capaz de fomentar nos fiéis uma compreensão mais rica da pessoa da Mãe de Deus e conscientizar de que, mais do que buscar a sua proteção, uma sadia imitação de seus exemplos e virtudes muito mais ajudaria na vivência cristã.

Reconhecendo a relação de Maria com seu Filho, procuraremos entender que ela, mesmo sendo mãe, nunca deixou de ser discípula de Jesus, pois que é toda referida a ele. Daí o interesse pela imitação de suas virtudes, de modo inclusivo no que diz respeito ao seu discipulado; “[...] por sua fé e obediência à vontade de Deus e por sua constante meditação e prática da Palavra, ela é a discípula mais perfeita do Senhor”¹⁵⁹. Maria é para nós, modelo de discípula.

2.5. Uma reflexão sobre o discipulado

Em primeiro lugar cabe perguntarmo-nos sobre quem é o discípulo. E, logo, chegaremos à resposta: o discípulo é aquele que se deixa ensinar. É aquele que vive a experiência da aprendizagem; é quem anda na escola do Mestre, fazendo de sua vida um estado de peregrinação; o discípulo é um caminhante. E, na cultura do Novo Testamento, quem caminha não está apenas a deslocar-se, mas está em percurso de mudança interior, em um estado de conversão.

A experiência do discipulado começa com um chamado de Jesus. Nessa experiência, a sua primeira palavra é: “seguime!” (cf. Mt 4,19) e a última: “Ide e fazei discípulos!” (cf. Mt 28,19). Desse modo, os discípulos estão sempre com Jesus, vivendo com ele, aprendendo dele (cf. Mt 5,2; 8,23; 11,1). Ao discípulo é dado conhecer o que aos outros não é possível (cf. Mt 13,10-11; 16,21; 17,1-2). Toda a vida do discípulo é um crescer na fé, um encontro permanente com o Mestre, uma busca incessante de configuração a ele, um caminho de aprendizagem para viver o Reino.

Nesse sentido, o Documento de Aparecida nos afirma:

[...] Jesus convida a nos encontrar com ele e a que nos vinculemos estreitamente a ele, porque é a fonte da vida (cf. Jo 15,1-5) e só ele tem palavras de vida eterna (cf. Jo

¹⁵⁹ CNBB. Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: Sal da terra e luz do mundo (Mt 5, 13-14). Documentos da CNBB-105. São Paulo: Paulinas, 2016, n. 113.

6,68). Na convivência cotidiana com Jesus e na confrontação com os seguidores de outros mestres, os discípulos logo descobrem duas coisas bem originais no relacionamento com Jesus. Por um lado, não foram eles que escolheram seu mestre, foi Cristo quem os escolheu. E, por outro lado, eles não foram convocados para algo (purificar-se, aprender a Lei...), mas para Alguém, escolhidos para se vincularem intimamente à Pessoa dele (cf. Mc 1,17; 2,14) [...]”¹⁶⁰.

O discípulo é chamado, em primeiro lugar, para ficar com o Mestre (cf. Mc 3,14), para experimentar uma união íntima com ele, para participar da sua vida e se deixar formar por ele, assumindo seu próprio estilo de vida e suas motivações (cf. Lc 6,40b). “Jesus faz dos discípulos seus familiares, [...] compartilha com eles a mesma vida que procede do Pai e lhes pede, como discípulos, uma união íntima com ele, obediência à Palavra do Pai, para produzirem frutos [...]”¹⁶¹.

Depois, o discípulo é enviado a pregar (cf. Mc 3,14), participando, assim, da missão de Jesus. “Ao chamar os seus para que o sigam, Jesus lhes dá uma missão muito precisa: anunciar o evangelho do Reino a todas as nações (cf. Mt 28,19; Lc 24,46-48) [...]”¹⁶², fazendo deles testemunhas da sua morte e ressurreição. Tal missão é parte integrante da identidade de todo discípulo e não tarefa opcional. Desse modo, todo discípulo também é missionário.

Mas para que os discípulos foram enviados? Em primeiro lugar, para a pregação, para “[...] oferecer aos homens a luz da palavra, a mensagem de Jesus”¹⁶³, o anúncio do Reino. Mas esse anúncio nunca é uma simples palavra e nem mera instrução; a palavra do Reino anunciada pelos discípulos de Jesus é um acontecimento: Jesus de Nazaré, de modo que, anunciando-O, conduzem-nos ao Seu encontro¹⁶⁴.

Os discípulos de Jesus anunciam aquilo que experimentam da relação com ele. Assim como a oração de Jesus é a fonte de sua pregação e ação e o seu discurso brota da sua íntima união com o Pai¹⁶⁵, também a pregação e o estilo de vida do discípulo deve brotar da intimidade com o Mestre. Antes de mais nada, o discípulo senta-se aos pés do Mestre para escutar a sua palavra (cf. Lc 10,39), debruça-se sobre seu peito para conhecer os segredos do seu coração (cf. Jo 13,25). Tudo isso para que, escutando Jesus e estando intimamente unido a ele, dê frutos (cf. Jo 15,4). E todas essas atitudes que compõem o quadro da vida do discípulo se tornam ainda mais evidentes na vida de Maria.

¹⁶⁰ DAp, n. 131.

¹⁶¹ DAp, n. 133.

¹⁶² Ibidem, n. 144.

¹⁶³ RATZINGER, Joseph. Jesus de Nazaré: do Batismo no Jordão à Transfiguração. São Paulo: Planeta, 2007, p. 156.

¹⁶⁴ Cf. Ibidem.

¹⁶⁵ Cf. Ibidem.

2.6. O discipulado de Maria nos quatro evangelhos

Veremos, a partir de agora, a sutil e importante presença de Maria nos quatro Evangelhos. A começar pelo Evangelho de Marcos, progrediremos na compreensão mariológica até alcançarmos o seu cume no quarto Evangelho. De cada um dos evangelistas, focaremos somente naquilo que, da vida de Maria, implica à reflexão do tema do discipulado.

Maria é aquela que é convidada ao discipulado de Jesus. São Marcos nos oferece poucas referências sobre a mãe de Jesus, mas em uma delas (Mc 3,31-35), Maria é convidada ao discipulado juntamente com os outros membros da família física de Jesus que o vão visitar. É preciso ressaltar, todavia, que a narrativa de Marcos, aparentemente grotesca com relação à atitude de Jesus para com sua família, faz parte de um cenário inventado pelo evangelista de acordo com sua intenção teológica.

[...] De fato, a indicação cênica distingue o “fora” (duas vezes) do “dentro” (sentados ao seu redor: duas vezes) e quer expressar um significado simbólico: Jesus é o centro de uma busca interior, de uma nova família; o acesso a ele é, em certo sentido, mediado. A família de Jesus está de pé (o verbo *steko*: estar de pé) e fora, mandamno chamar e buscam-no (o verbo *zeteo*) (3,31-32); os discípulos, ao contrário, estão sentados aos pés de Jesus, escutando sua Palavra¹⁶⁶.

Não obstante a isso, a partir da observação da pergunta de Jesus: “Quem é minha mãe e meus irmãos?” (Mc 3,33) e da sua resposta: “Quem fizer a vontade de Deus, este é meu irmão, irmã e mãe” (Mc, 3,35), percebemos que a família de Nazaré ainda não conseguiu compreender a atividade de Jesus e a sua missão. Desse modo, Maria e os outros seus familiares estão convidados a ingressar no caminho dos discípulos, isto é, daqueles que estão sentados aos pés do Mestre, para que, na medida em que ouvem aquele que tem poder de ensinar a vontade de Deus, tornem-se membros de sua nova família.

Olhando de modo superficial, poderíamos concluir que há uma rejeição de Jesus à sua família física. Mas, ao contrário disso, com teológica acuidade de visão no contexto da revelação do Novo Testamento, entendemos que sua família física está sendo convidada a entrar e a pertencer à nova família na medida em que ouve e faz a vontade de Deus. De fato, “para ser discípulo de Jesus é preciso fazer a vontade de Deus, e este ‘fazer’ vai pela vida toda; o esforço de escutar, de assumir e de viver a Palavra que vem de Jesus”¹⁶⁷.

¹⁶⁶ ÁLVARES, Carlos G. Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006, p. 28.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 29.

Maria, também, é a discípula que está sempre junto de Jesus. No evangelho de Mateus, como se podia esperar de um evangelho judaico, a presença de Maria se faz calada e silenciosa. “Não pronuncia uma única palavra, como é próprio da mulher judia, mas está ali, próxima, ativa, serviçal, sempre em função do Evangelho e do plano de salvação que Deus Pai quer realizar através de seu Filho”¹⁶⁸. No primeiro evangelho, Maria aparece em dois momentos: no Evangelho da infância (Mt 1-2) e no ministério de Jesus (Mt 12,46-50; 13,54-58).

Antes de enfocarmos no evangelho da infância, vale observar que, para Mateus, a resposta ao chamado de Jesus se expressa em dois verbos: “deixaram” e “seguiram” (Mt 4,20,22). Tais verbos indicam que Jesus ocupa o primeiro lugar, o lugar mais importante da vida do discípulo; é ele o fundamental valor, o centro da vida. Além do mais, o verbo “seguir” indica, em Mateus, a identidade daqueles que os seguem (cf. Mt 8,10; 19,28), daqueles que passam a conviver com Jesus, a partilhar com ele toda a vida. Os discípulos pertencem ao círculo íntimo de Jesus, escutam sua Palavra, atendem seu serviço, aprendem dele e são enviados a pregar e a ensinar o Evangelho¹⁶⁹. Igual afinidade se dá com Maria no evangelho da infância. Ela aparece intimamente unida a seu Filho e participa de sua vida. Na perícopé da adoração dos Magos (Mt 2,10ss) ela é a mãe que oferece o menino ao mundo pagão “[...] para ser reconhecido e adorado como Senhor e Cristo”¹⁷⁰. Mas não só, “[...] desde que Maria ficou esperando um filho pela ação poderosa do Espírito (1,18-20), a união a seu Filho é permanente: no nascimento (2,11), na perseguição, no desterro e no sofrimento (2,13.14), mas também em seu re-ingresso à pátria e na sua vida entre os pobres (2,20.21)”¹⁷¹.

Como podemos perceber, no Evangelho da infância, a união de Maria a Jesus é íntima e permanente. Desde o início, na concepção virginal, é inseparável dele e o acompanha sempre na sua realização de Messias definitivo e libertador do povo. Se Jesus é o Emmanuel, isto é, o Deus-conosco, Maria é a discípula que está sempre junto do seu Filho. Ela é aquela que o ama acima de tudo e o acompanha em todos os mistérios de sua vida. Maria é capaz de tudo para manter-se unida a Jesus; é sua discípula integral, que tem uma participação intensa no início da vida dele embora não diga uma palavra e nem se destaque em suas atitudes.

A presença de Maria no ministério de Jesus apontado por Mateus é comparada àquela do evangelho de Marcos, mas com as devidas transformações, advindas da interpretação

¹⁶⁸ ÁLVARES, Carlos G. Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006, p. 37.

¹⁶⁹ 169 Cf. Ibidem.

¹⁷⁰ 170 Ibidem, p. 44.

¹⁷¹ 171 Ibidem.

mateana. E assim o faz perpetrando uma apresentação dos discípulos que são, agora, seus irmãos (cf. 28,10; 25,40; 23,8). No contexto do primeiro Evangelho, ser discípulo significa cumprir a vontade do Pai do céu e realizar seu plano; é aquele que escuta a Palavra e a pratica; é aquele que está junto de Jesus e sob sua proteção. “[...] E Maria, com sua vida, sua obediência e sua proximidade junto de seu Filho, é perfeita discípula e ‘família dele’ em um nível muito mais forte e firme do que o dos laços físicos de geração”¹⁷².

De fato, Maria, que concebeu Jesus por obra do Espírito Santo, não podia tratá-lo como “fora de si” e nem deixar de honrá-lo e de acolhê-lo como, a um primeiro olhar, sugeria o trecho de Marcos. A propósito, ela está intimamente ligada a Jesus desde antes do seu nascimento e continua unida a ele nos momentos mais fundamentais de sua vida e ministério. Mesmo sem palavras, Maria é a testemunha da graça de Deus para com seu povo, pois ela é a discípula do Emmanuel, aquela que está sempre junto de Jesus.

Com o avanço que fizemos até aqui, chegamos à colaboração do evangelho segundo Lucas para o tema do discipulado de Maria. De fato, o terceiro Evangelho apresenta Maria como a perfeita discípula de Jesus. E além de ser o evangelho que mais nos fala de Maria, Lucas apresenta a Virgem de Nazaré como uma “[...] Maria ativa, comprometida, que se oferece livremente para colaborar no plano divino de salvação e que prorrompe em louvor pela obra salvadora de Deus, sentindo-se ela mesma discípula e serva de seu Senhor”¹⁷³.

Como discípula perfeita, Maria acolhe a proposta de Deus (Lc 1,26-38), medita a Palavra no coração (Lc 2,19.51) e dá bons frutos (Lc 1,42-45). “Ouvir”, “meditar” e “frutificar” são três palavras-chave que resumem a condição de ser discípulo de Jesus e é com elas que Lucas pinta os traços da figura de Maria¹⁷⁴, a discípula do Reino.

Quando é que começa o discipulado de Maria? Desde o momento em que Deus irrompe em sua vida. A partir daquele dia, “[...] se inicia todo um processo e um caminho de conhecimento e transformação que, no Evangelho de Lucas, podemos chamar de ‘discipulado’”¹⁷⁵. E como o discipulado é um caminho que se dá em meio a convicções e hesitações, gozos e angústias, Maria também experimentou as convicções e hesitações, os gozos e as angústias que são próprios dos seguidores de Jesus. Quantas vezes ela não deve ter sofrido por não entender os mistérios nos quais ela estava envolvida e que diziam respeito à vida de

¹⁷² ÁLVARES, Carlos G. Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006, p. 47.

¹⁷³ Ibidem, p. 51.

¹⁷⁴ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

¹⁷⁵ ÁLVARES, op. cit., p. 71.

seu Filho; quanto ela não deve ter questionado, respondido, dialogado e consentido; quanto ela não deve ter se maravilhado e angustiado!

Na vida da perfeita discípula não faltou a Palavra, que tem grande importância no caminho do discipulado cristão. Foi em volta da Palavra que Maria existiu, e de modo ativo e comprometido. Ela é discípula, de fato, porque, desde o início, seguiu, escutou e aprendeu da Palavra; e nesse caminho de aprendizagem, que caracteriza o estilo de vida do discípulo, ela se fez peregrina na fé. Desse modo, não existe um discípulo pronto e acabado, pois, de fato,

Viver como discípulo é um trabalho árduo de questionamento e de busca, de meditação e de interiorização, de silêncio e de contemplação, de estupefação e de surpresa, de obscuridade e de pergunta, de encontro e júbilo e de angústia e incompreensão, de buscar sem encontrar e de encontrar sem possuir [...] ¹⁷⁶.

Iluminado pela Palavra, o discípulo segue o Mestre. No seguimento, escuta, aprende, silencia e age; ao dar espaço para a voz do Mestre, reflete sobre seu modo de viver e de ver as coisas; vai se configurando ao estilo de Jesus, procurando se parecer com ele, pensar e agir como ele, apesar de não compreender todos os seus caminhos. Tal atitude só é possível, todavia, se o discípulo tem a capacidade de guardar todos os acontecimentos e palavras no coração, para refleti-los e gozar deles mais tarde. E ninguém como Maria realizou estas condições do discipulado: escutar a Palavra do Senhor e acreditar nela (cf. Lc 1,38.45) e conservá-la cuidadosamente em seu coração (cf. Lc 2,19.52).

No evangelho de Lucas, Maria é a terra boa onde caiu a semente da Palavra e produziu frutos. É aquela que “tendo ouvido a Palavra, com coração nobre e generoso, a conserva e produz fruto pela perseverança” (cf. Lc 8,15). “[...] É a discípula perfeita que se torna para nós convite a escutarmos como ela a Palavra de Deus e a realizá-la em nosso trabalho diário para que o mundo tenha Vida em Jesus” ¹⁷⁷.

Avançando na reflexão sobre a presença de Maria nos Evangelhos, chegamos ao Evangelho de São João, no qual ela aparece duas vezes: primeiramente na realização do primeiro sinal de Jesus, em Caná, no início da sua vida pública e, a segunda, junto à cruz do Senhor, no momento de sua morte, no final de sua missão. Sendo o evangelho de João, a primícias entre os evangelhos ¹⁷⁸, podemos concluir que a presença de Maria não está aí por

¹⁷⁶ ÁLVARES, Carlos G. Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006, p. 76.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 79-80.

¹⁷⁸ Cf. ORÍGENES. Comentário ao Evangelho de João I, 23 apud CASALEGNO, Alberto. **Para que contemplem a minha glória:** Introdução à teologia do Evangelho de João. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

acaso; “[...] ao colocar Maria no início e no ápice da atuação de Jesus, João está dizendo que ela tem um lugar especial, pois está presente nos momentos mais importantes da vida de Jesus”¹⁷⁹.

A presença de Maria em Caná, no começo dos sinais de Jesus, é entendida por muitos como “intercessora” e “evangelizadora”. Com o primeiro termo se entende que “Maria apresenta simplesmente a Jesus a necessidade dos que participam da festa de bodas: ‘Não há mais vinho’ (2,3). Não pede expressamente um milagre; mas suas palavras incluem certa esperança de que Jesus intervenha na situação de necessidade [...]”¹⁸⁰. Com o segundo termo se entende as significativas palavras de Maria aos serventes: “[...] ‘Fazei o que ele disser’ (Jo 2,5). É uma palavra dirigida aos servos da festa nova e definitiva [...]”¹⁸¹.

Sobre o primeiro caso – Maria como “intercessora” – é possível perceber nas atitudes de Maria “[...] uma mulher atenta às necessidades das pessoas, movida pela bondade e caridade”¹⁸². Apesar de muitos verem neste gesto de Maria, a fundamentação para a sua missão de intercessora, “[...] deve-se notar que somente esse versículo não fundamenta suficientemente a dimensão intercessora de Maria. É necessário compreender a intercessão de Maria no horizonte da única mediação de Cristo e da comunhão dos Santos”¹⁸³.

[...] Maria se dá conta de que a situação embaraçosa, ocorrida durante o banquete de núpcias, pode prejudicar o nome dos noivos e dos parentes. Diz, então a Jesus: “Não têm mais vinho” (v.3). É a simples notificação de uma carência, não o pedido de um milagre, porque Jesus ainda não tinha realizado nenhum sinal. Com a frase, Maria nem mesmo pretende sugerir a Jesus que envie os discípulos a prover o vinho necessário, talvez com o tácito desapontamento de que nem aqueles trouxeram um presente para os noivos. Sem “psicologizar” muito a narração, Maria considera que Jesus possa remediar esse estado de coisas (v.5). Revela, pois, um problema e cria uma expectativa¹⁸⁴.

A intercessão de Maria não é uma preocupação do quarto Evangelho e não havia, naquele tempo, o desenvolvimento dessa doutrina. Maria é, nas bodas de Caná, a mulher atenta; “[...] é possível pensar que a figura de Maria simbolize a comunidade em dificuldade que

¹⁷⁹ MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana**: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 90-91.

¹⁸⁰ ÁLVARES, Carlos G. Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006, p. 90.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² MURAD, Afonso Tadeu. **Maria, toda de Deus e tão humana**: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 95, p. 95.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ CASALEGNO, Alberto. Para que contemplem a minha glória: Introdução à teologia do Evangelho de João. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 260.

suplica a Jesus na certeza de ser atendida [...]”¹⁸⁵. Desse modo, no quarto Evangelho, parece que a figura de “[...] Maria não é apresentada tanto como uma pessoa individual, mas sim como uma figura coletiva [...]”¹⁸⁶.

O segundo caso – Maria como “evangelizadora” – vem à tona daquelas suas palavras significativas: “Fazei o que ele disser” (2,5) que é dirigida aos servos que, no “[...] contexto simbólico de João, são os servos do povo novo que celebra as bodas definitivas (Nova Aliança) de Deus com seu povo [...]”¹⁸⁷. Considerando assim, vemos nas palavras de Maria muito mais profundidade do que aparenta haver, pois é como que os convidasse a “[...] acolher, escutar e viver a palavra de Jesus. Maria remete a Jesus. Ela não é o centro, porque também ela, como expressou Lucas, é Serva do Senhor que tornou a Palavra do Senhor acontecimento em sua vida (cf. Lc 1,38.48)”¹⁸⁸.

A atitude de Maria nos convida a entrar no caminho de seu Filho. Olhando para ela, entendemos algo que já sabemos, mas que, muitas vezes, deixamos de lado, a saber, que o seu papel é conduzir a humanidade a seu Filho. Ao dizer: “Fazei o que ele disser”, Maria nos pede para ouvir a Palavra de Jesus, a obedecer-lhe plenamente, a confiar nele, a entregar a nossa vida a ele. Maria é, ao mesmo tempo, aquela que nos conduz a Jesus e nosso modelo de discípula; o que ela pede não lhe é alheio, pois se ela pede para que confiemos no Filho é porque ela mesma “[...] mostra uma confiança ilimitada em Jesus, de quem reconhece o poder”¹⁸⁹.

“[...] Apresentando Maria no ato de exortar os servos a colocar em prática tudo aquilo que Jesus lhes disser, o autor vê nela a representante do povo veterotestamentário fiel à Aliança. É à luz da explicação de toda a perícopa que esse detalhe adquire o relevo devido”¹⁹⁰. A mulher fiel, a crente por excelência, também é a discípula fiel e modelo de discipulado. Sua vida é toda referida a Jesus e pede que nós façamos o mesmo. A experiência do discipulado deve nos levar a viver em estado de dedicação plena a Jesus, ser referidos fielmente a ele, a fazer tudo o que ele nos disser, como Maria.

Há, ainda, outra presença de Maria no quarto Evangelho e ela aparece no final do ministério de Jesus, junto à Cruz do Senhor. “[...] Se em Caná Jesus lhe disse que ainda não

¹⁸⁵ Ibidem, p. 261.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ ÁLVARES, Carlos G. Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006, p. 90-91.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 91.

¹⁸⁹ CASALEGNO, Alberto. Para que contemplem a minha glória: Introdução à teologia do Evangelho de João. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 263.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 264

havia chegado a sua Hora e iniciou seus sinais, aqui, na cruz, na Hora da Páscoa, Jesus realiza seu último e definitivo sinal de salvação, a morte por todos e a entrega do Espírito (19,30)”¹⁹¹.

Ao estar presente no primeiro e no último momento de manifestação messiânica de Jesus, Maria é inserida não só no contexto de discipulado, mas também no mistério de Jesus. Junto à Cruz, Maria e o discípulo amado são, ambos, pessoas-tipo. Maria,

[...] colocada ao lado do discípulo amado, qualificado como filho, simboliza a Igreja em sua dimensão geradora. Também a figura do discípulo amado, que no quarto Evangelho se distingue dos outros discípulos por sua particular intimidade com Jesus, possui um caráter representativo: representa a Igreja em sua dimensão filial, simbolizando todos aqueles que são discípulos de Jesus e chamados ao seguimento [...]”¹⁹².

Na cena da Cruz, vislumbrada no quarto Evangelho, vemos mais do que duas personagens, duas imagens de Igreja: uma, a Igreja que, como mãe, gera; e a outra, a Igreja como povo dos discípulos de Jesus. Ao pé da Cruz está presente, mais do que duas meras personagens, toda uma comunidade de crentes.

E ali, ao pé da cruz, na Hora de Jesus, acontece algo importantíssimo: o discípulo amado, que é símbolo da nova comunidade dos crentes, é recomendado aos cuidados de Maria: “Mulher, eis o teu filho” (Jo 19,26). “[...] A partir desta Hora da Páscoa, a comunidade do discípulo pertence a Maria, a Mulher e a Mãe”¹⁹³. Ao discípulo – à comunidade – é pedido, em seguida, que receba e acolha Maria como sua Mãe: “Eis aí tua Mãe” (Jo 19,27). Nesse momento, Maria recebe de Jesus uma missão nova: “[...] ser a Mãe da comunidade de Jesus, de todos aqueles que, por ser objetos do amor salvífico do Pai, acolhem e vivem a Vida eterna que Jesus traz”¹⁹⁴.

Dentro desse contexto, pode-se compreender a doutrina que afirma que a Mãe de Jesus é, também, Mãe da Igreja. Sobre em que consiste a missão de Maria, como Mãe da comunidade, o evangelista não explica, mas Afonso Murad acredita que poderá ser aquela mesma de Caná, isto é, intervir junto ao Filho. Para ele, Maria “[...] levará os servidores e amigos de Jesus a fazer o que ele disser. Possibilitará que novas gerações de cristãos, como os primeiros discípulos, creiam em Jesus, vejam sua glória e se reúnam em torno dele”¹⁹⁵.

¹⁹¹ ÁLVARES, op. cit., p. 92.

¹⁹² CASALEGNO, Alberto. Para que contemplem a minha glória: Introdução à teologia do Evangelho de João. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 338.

¹⁹³ ÁLVARES, Carlos G. Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006, p. 94.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 99.

Nesse sentido, no quarto Evangelho, Maria não só é a perfeita discípula do Senhor, que vive toda relativa a ele, e que faz tudo o que ele diz, mas é também a mãe dos discípulos. Seja em Caná, seja na Cruz, Maria é uma presença viva que nos inspira a sermos verdadeiros discípulos que vivem em constante entrega de suas vidas a Jesus; mais ainda, é aquela que atrai todos para ele. Sua missão é levar seus filhos para o seguimento de seu Filho, de quem, ela mesma, é discípula fiel.

Dado o que notamos acima, podemos, agora, avançar para as perspectivas que nossa reflexão pode alcançar. A nossa pretensão, desde o início, é oferecer, à luz do Magistério da Igreja e da Teologia católica, a correta compreensão da figura de Maria. No último capítulo, procuraremos oferecer, ainda, a reta ordenação e desenvolvimento do culto à Virgem Maria, à luz da exortação apostólica *Marialis Cultus*, de São Paulo VI. A piedade do nosso povo, mesmo sendo bonita e legítima maneira de viver a fé, deve ser iluminada para que seja lugar de encontro com Jesus Cristo e um “[...] imprescindível ponto de partida para conseguir que a fé do povo amadureça e se faça mais fecunda”.¹⁹⁶

¹⁹⁶ Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Diretório sobre a piedade popular e a Liturgia, n. 64, apud DAp, n. 262.

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVAS PARA A COMPREENSÃO DA FIGURA DE MARIA E DO CULTO MARIANO

Sendo a proposta deste trabalho, à luz da Teologia e do Magistério da Igreja, oferecer uma correta compreensão da figura da Virgem Maria, após expormos, no primeiro capítulo, a figura mariana presente na história e, após termos refletido sobre a fé e o discipulado de Maria, no segundo, este último capítulo procurará oferecer a reta ordenação e desenvolvimento do culto à Virgem Maria, à luz da exortação apostólica *Marialis Cultus* do Santo Padre Paulo VI. Desse modo veremos como este e outros documentos – como a *Lumen Gentium* – podem iluminar a compreensão da figura de Maria e as diversas práticas de piedade popular marianas existentes.

São vários os modos com os quais os católicos se dirigem a Maria. A devoção a Nossa Senhora se demonstra através da oração do Rosário, da coroação da Imagem de Maria no mês de maio, das romarias aos santuários marianos, das promessas, das novenas, das fórmulas de consagração, das visitas da imagem de Maria às casas, do uso de escapulários, etc. Todas essas são formas de os católicos demonstrarem sua confiança na Mãe de Jesus. Validamente, “a devoção a Maria é traço característico de cristãos ortodoxos e católicos [...]”¹⁹⁷. E aqui estamos no campo da religiosidade popular que, embora bonita, é pouco exigente ao aceitar proposições de fé¹⁹⁸. O que vale, para a maioria das expressões devocionais é a intensidade humana e emotiva com as quais se faz a experiência do divino.

As várias figuras marianas prevalecentes em cada época e lugar que trazem, ao mesmo tempo, “[...] os traços de sua pessoa, a marca de Deus e as projeções humanas [...]”¹⁹⁹, como também a “[...] maneira de Maria se inculturar, assumir as características de diferentes povos, culturas e momentos históricos[...]”²⁰⁰ perpetraram o surgimento de inúmeras práticas de piedade, muitas das quais de cunho exagerado. Foi assim, sobretudo, no último período da Idade Média e no período da pós-Reforma quando se olhava para Maria quase que prescindindo da sua dependência a Jesus Cristo, pois se dizia que para ela não há limites e nunca é demais exaltá-la.

¹⁹⁷ MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 199.

¹⁹⁸ Cf. COYLE, Kathleen. *Maria, tão plena de Deus e tão nossa*. São Paulo: Paulus, 2012

¹⁹⁹ MURAD, op. cit., p. 208.

²⁰⁰ *Ibidem*.

3.1. Uma reflexão sobre o presente

Essa exacerbação mariana não é uma prática que ficou no passado. Não é difícil encontrar tendências que retornam, sobretudo na prática de muitos jovens, como o ato de consagração a Nossa Senhora sob o método de São Luís Maria Grignon de Monfort, muitas vezes sem o devido discernimento e acompanhamento. Apesar de se esforçarem para levar uma vida santa, muitos desses jovens têm uma forte tendência a questionar ou ignorar a doutrina do Concílio Vaticano II e a mostrar certa rebeldia com relação aos ensinamentos dos bispos e também do Papa – felizmente não são todos. Outros, mesmo se muito fiéis à Igreja, acabam absolutizando o método, quase que o canonizando, como o meio privilegiado para a salvação e para alcançar uma vida santa.

Não estamos ridicularizando e nem desaprovando práticas que são legítimas para a vivência da fé, nem desmerecendo as pessoas que se consagram a Nossa Senhora sob este ou aquele método. Apenas chamamos à reflexão sobre este método de consagração que se expande, sobremaneira, em nossos tempos. Embora o seu autor – São Luís Maria Grignon de Montfort – esteja situado na época da mariologia maximalista e, por isso, traga uma compreensão mariana de modo muito acentuado, não podemos simplesmente descartá-lo. Ele nos ajuda a perceber o quanto a presença de Maria continua sendo singular na vida de nosso povo, também na contemporaneidade.

Contudo, não podemos absolutizar e nem mediatizar tal método, fazendo deste, moda entre os cristãos que almejam a santidade de vida, pois, de fato, “[...] munidos de tantos e tão grandes meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for a sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor à perfeição do Pai, cada um por seu caminho”²⁰¹. Se como afirmou o Concílio, o processo de santificação se dá “cada um por seu caminho”,

[...] uma pessoa não deve desanimar, quando contempla modelos de santidade que lhe parecem inatingíveis. Há testemunhos que são úteis para nos estimular e motivar, mas não para procurarmos copiá-los, porque isso poderia até afastar-nos do caminho, único e específico, que o Senhor predispôs para nós. Importante é que cada fiel entenda seu próprio caminho e traga à luz o melhor de si mesmo, quanto Deus colocou nele de muito pessoal (1 Cor 12,7), e não se esgote procurando imitar algo que não foi pensado para ele. Todos somos chamados a ser testemunhas, mas há muitas formas existenciais de testemunho [...] ²⁰².

²⁰¹ LG, n. 11.

²⁰² GE, n. 11

São Luís Maria Grignon de Montfort é um dos grandes mestres de espiritualidade mariana e o seu método de consagração a Cristo pelas mãos de Maria deve ser entendido como um dos meios eficazes para a vivência fiel dos compromissos batismais. Do mesmo modo, o ato de total servidão a Maria, proposto pelo mesmo método e que diz respeito àquela pertença e singular dependência e confiança sem limites a Nossa Senhora, deve levar à compreensão da escravidão, paradoxalmente, como a plenitude da liberdade, do mesmo modo que no Evangelho se fala da necessidade de perder a vida para encontrar a sua plenitude.

Todavia, o “escravo” fiel à sua Rainha, que a venera, ama-a e que deve imitá-la como seu modelo ideal de vida, muitas vezes acaba esquecendo de uma atitude mariana fundamental que aparece no episódio das bodas de Caná: “fazei tudo o que ele vos disser” (cf. Jo 2,5). O método, cujo objetivo é o de levar o cristão a uma consagração total a Cristo pelas mãos de Maria acaba, por parte da imaturidade dos fiéis, encerrando-se em si mesmo, transformando-se numa consignação a Nossa Senhora. O que seria o meio acaba por se tornar o fim²⁰³.

Devemos entender que Maria não é um refúgio no qual a pessoa deve ficar, mas um “caminho” que se deve percorrer para chegar a Cristo. Quando, porém, não se parte de Maria como o método mais eficaz para se parecer com Jesus (objetivo) – através do seu modo de vida, da imitação de suas virtudes, da sua fé e do seu discipulado –, mas é Jesus que deve nos fazer iguais a Maria, como se ela fosse o fim último, então a consagração perde o seu sentido. E não raro a vida de algumas pessoas de nossas comunidades mostram exatamente esta distorção.

Embora a mariologia de Montfort seja um tanto sentimental e exagerada, não se deve descartá-la, mas compreendê-la no contexto dos séculos XVII e XVIII. Como vimos no primeiro capítulo, o período da pós-Reforma foi de grande reação aos protestantes que chegaram quase a eliminar Maria de suas tradições. Como reação a isso, surgiu com maior fervor o entusiasmo dos católicos por ela, o que levou as devoções marianas alcançarem um ponto culminante passando por vários autores de espiritualidade mariana (Pierre de Bérulle

²⁰³ Além dessa devoção “monfortiana”, a mesma situação referida acima é produzida pela devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sob a égide da espiritualidade de Santo Afonso Maria de Ligório, o devoto se dirige a Maria, acompanhando o texto do livrinho da novena, com uma linguagem demais acentuada. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sempre disposta a socorrer os que buscam seu auxílio, parece atender a todos os pedidos de seus devotos. Como bem sabemos, muitos recorrem à novena para pedir a cura de doenças, o alívio para seus sofrimentos, uma benção poderosa. E é justamente o que a novena parece oferecer. De fato, os devotos procuram a novena para alcançar alguma graça, colocando todas as suas forças e a sua fé em Nossa Senhora. Os textos da novena levam os fiéis a colocarem na imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro todas as suas angústias, aflições e pedidos. Como podemos observar, toda essa ênfase sobre a imagem de Nossa Senhora como uma “super-senhora”, parece desvirtuar a legitimidade do culto mariano que deve ser “cristocêntrico”. Muitos devotos, de fato, são fiéis em participar das novenas, mas quase nunca vão às Missas dominicais, porque, para muitos deles, a novena é “mais especial”. A forma como se dá a devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, bem como os próprios textos presentes no livro da novena formam uma figura de Maria quase como uma “deusa”, a senhora que tudo pode, pois que basta um pedido dela para apaziguar os juízos de Nosso Senhor Jesus Cristo.

João Eudes) até chegar ao seu auge com Luís Maria Grignon de Montfort que foi chamado o mestre por excelência da devoção mariana²⁰⁴. O exagero protestante de quase eliminar Maria das suas tradições levou ao exagero católico que chegou ao ponto de “[...] alguns católicos franceses acreditarem que bastava ser devoto exclusivamente de Maria para ser salvo[...]”²⁰⁵.

O método de consagração de Montfort, embora válido como um dos meios para o caminho de santidade, acaba representando um perigo para muitas pessoas de nosso tempo, sobretudo para os jovens sem discernimento, sem maturidade cristã e sem o devido acompanhamento por parte dos pastores. O perigo é aquele de pararem na “periferia” religiosa limitando-se ao entusiasmo que passa e à uma espiritualidade intimista e exclusiva, além de um assoberbamento quanto ao modo de considerarem-se os mais santos, os mais puros, os mais católicos e olharem com certo preconceito para os outros que buscam a santidade através de outros tipos de espiritualidade.

Não é raro encontrar, hoje em dia, nas comunidades e paróquias, uma supervalorização da pessoa de Nossa Senhora. O que, ao primeiro olhar, poderia ser um grande bem – e de fato o é, se respeitar o verdadeiro ordenamento a que se dirige o culto mariano – acaba por se tornar uma obsessão marial. A propósito disso, afirmou Paulo VI na *Marialis Cultus*:

[...] O Concílio Vaticano II já denunciou, autorizadamente, tanto o exagero de conteúdos ou de formas, que vai até o ponto de falsear a doutrina, como a mesquinhez de mente que chega a obscurecer a figura e a missão de Maria; de igual modo alguns desvios culturais: a vã credulidade, que a uma aplicação séria substitui o dar-se facilmente a práticas apenas exteriores; o estéril e passageiro impulso do sentimento, tão alheio ao estilo evangélico, que exige esforço perseverante e efetivo. Nós reiteramos a deploração destas coisas: não são formas em harmonia com a fé católica e, por conseguinte, não devem subsistir no culto católico [...]²⁰⁶.

Também hoje em dia, para alguns católicos, a presença de Maria tem que estar em quase todos os programas e pastorais da paróquia ou comunidade; a ela devem ser dedicadas, por todos os fiéis, inúmeras práticas de piedade e louvor, muitas das quais exageradas. Os bispos, padres ou leigos que não toleram os excessos devocionais marianos de alguns fiéis são taxados de “não marianos”, julgados – por esta razão – como “padres sem virtude ou anti-marianos. Além do mais, não são poucas as pessoas que fazem novenas, promessas, vão às procissões, mas raramente frequentam à Missa ou aos demais Sacramentos.

²⁰⁴ Cf. COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

²⁰⁵ Ibidem, p. 34.

²⁰⁶ MC, n. 38.

E além dessa situação de cunho mais prático, também a consciência dos crentes é comprometida ao passo que, muitos se dirigem a Maria de forma independente de Jesus e sem entender a sua importância na história da salvação e na vida da Igreja. Com efeito, “[...] conceber Maria apenas como a mãezinha, rainha, defensora, desatadora dos nós, aquela que passa na frente para preservar das dificuldades e sofrimentos, pode ser importante, mas é demasiado pouco para quem teve um papel fundamental na história da salvação”²⁰⁷. Percebemos, então, uma dissociação entre doutrina, vivência cristã autêntica e devoção mariana.

Como podemos observar, certos modos de expressões devocionais ferem o princípio do culto mariano que é para a adoração do Senhor, porquanto a legitimidade do culto mariano consiste na sua “cristocentração”²⁰⁸. A devoção para com a Virgem Maria deve estar inserida no eixo do único culto cristão prestado ao plano redentor de Deus²⁰⁹, “[...] pelo que, ao lugar singular que coube a Maria em tal plano, corresponde também um culto singular para com ela [...]”²¹⁰. Desse modo, as mais diversas formas de culto marial devem ser desenvolvidas sempre em subordinação ao culto de Cristo, gravitando em volta deste.

Pensando desse modo, isto é, que a devoção mariana está inserida na linha do único culto cristão prestado ao plano redentor de Deus e observando as práticas devocionais e a compreensão mariológica de muitas pessoas do nosso tempo, será que não há uma dicotomia entre a “letra” do Magistério da Igreja e o que acontece na realidade? Será que não está faltando uma compreensão mais retificada sobre a figura de Maria, sua missão na História Salvífica e também no modo de cultuá-la?

As linhas que seguem, abordando dois dos documentos do Magistério que fazem referência a Maria²¹¹, procurarão indicar caminhos para uma reta compreensão da figura de Maria Santíssima e do culto que se deve a ela. Em primeiro lugar, o capítulo VIII da *Lumen Gentium*, “[...] o texto mariológico mais importante dos dois mil anos do cristianismo [...]”²¹², que é uma síntese da doutrina e do culto da Igreja em relação à Maria e, depois, a Exortação

²⁰⁷ ALMEIDA, Silvio. OFM. A figura de Maria à luz da Teologia de Hans Urs von Balthasar. In: *Cathólica: Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação*. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018, p. 107.

²⁰⁸ Cf. BOFF, Clodovis. *Introdução à mariologia*. Petrópolis: Vozes, 2004.

²⁰⁹ Cf. PAULO VI. *Exortação Apostólica Marialis Cultus: para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria*. Coleção *Theotókos*, volume 2. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 10.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ Há, ainda, outras dezoito referências à Mãe de Jesus nos documentos conciliares.

²¹² KRIEGER, Murilo S.R., SCJ. O perfil e a Missão da Mãe de Jesus à luz do Capítulo VIII da *Lumen Gentium* e do Discurso do Papa Paulo VI no Encerramento da Terceira Sessão do Vaticano II. In: *Cathólica, Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação*. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018, p. 238.

Apostólica *Marialis Cultus* do Papa Paulo VI que trata da reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria.

3.2. Maria na *Lumen Gentium*

Sendo a Igreja o tema principal do Concílio, os padres conciliares quiseram ligar mais estritamente a ela figura de Maria²¹³. Desse modo, em vez de oferecer um documento separado sobre Maria, o Concílio decidiu incluí-la em um capítulo da Constituição Dogmática sobre a Igreja – *Lumen Gentium* – intitulado: “A bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no Mistério de Cristo e da Igreja”. Com este documento o Concílio não pretendeu apresentar uma doutrina completa sobre Maria, mas retratar a sua função no mistério do Verbo encarnado e do Corpo Místico, a Igreja, e também os deveres nossos para com ela que é Mãe de Cristo e dos homens. Agindo assim, “[...] o concílio acabou com o isolamento da teologia marial e a enraizou firmemente na corrente principal das verdades da fé [...]”²¹⁴.

O capítulo VIII da *Lumen Gentium*, examinando o papel da bem-aventurada Virgem Maria, reconhece o lugar que ela ocupa na Igreja, isto é, “[...] o lugar mais alto depois de Cristo e o mais perto de nós”²¹⁵. Com grande empenho, as observações conciliares representaram uma atinada correção aos excessos provocados pelas distorções marianas – como a de colocar Maria em igualdade de condições com Cristo Redentor, de modo que a mediação singular dele se tornava supérflua²¹⁶ – e exorta “[...] os teólogos e os pregadores da Palavra divina a que, na consideração da singular dignidade da Mãe de Deus, se abstenham com diligência tanto de todo o falso exagero quanto da demasiada estreiteza de espírito [...]”²¹⁷.

Sobre o tema da mediação de Maria, antes do Concílio havia a esperança de que fosse definido um novo dogma mariano, o de corredentora ou o de medianeira de todas as graças. Tais esperanças foram enfraquecidas quando o Concílio foi contrário a um documento separado sobre a bem-aventurada Virgem Maria, tirando-a do isolamento privilegiado e majestoso²¹⁸. O Concílio, com efeito, tomou o cuidado de colocar a mediação mariana na estrutura de Cristo e

²¹³ Cf. COYLE, Kathleen. *Maria, tão plena de Deus e tão nossa*. São Paulo: Paulus, 2012.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 45.

²¹⁵ LG, n. 54.

²¹⁶ COYLE, op. cit., p. 45. “O título ‘corredentora’ foi usado em declarações oficiais sob Pio X e empregado novamente por Pio XI. Entretanto, nos ensinamentos do magistério era mais comum falar da colaboração de Maria em nossa redenção, distanciando-a, assim, do título de corredentora”.

²¹⁷ LG, n. 67.

²¹⁸ Cf. COYLE, op., cit.

da Igreja, dando ênfase a Cristo como nosso único intercessor, que atrai a si todos os fiéis²¹⁹. O papel de Maria como nossa mãe não diminui a mediação única de Cristo, mas, ao contrário, revela a sua eficácia²²⁰. Com efeito, quando a Igreja invoca Maria como “medianeira”, tal atitude não tira e nem acrescenta nada à dignidade e eficácia de Cristo, que é o mediador único.

Comentando o assunto, em forma de desfecho Coyle afirma:

Com o coração de mãe, Maria roga continuamente pelos que ainda estão no caminho, cheios de dificuldades. Por essa razão, é chamada na Igreja (não pela Igreja, como dizia o texto original) por muitos títulos como Auxiliadora e Medianeira... Cristo está no centro, os fiéis têm união imediata com ele, que a todos dá poder no Espírito. A intercessão de Maria não é vista como interposta entre os homens e um Cristo irado. Maria está, ao contrário, inserida na mediação única de Cristo em nosso favor²²¹.

Afonso Murad, comentando o documento do Concílio, também salienta:

Nenhuma criatura jamais pode ser colocada no mesmo plano do Verbo encarnado e redentor. Mas o sacerdócio de Cristo é participado de vários modos pelo Povo de Deus, e a bondade de Deus é difundida nas criaturas. A única mediação do Redentor suscita nas criaturas uma variada cooperação, que participa de uma única fonte (cf. n. 62). O concílio reconhece a legitimidade de recorrer à intercessão de Maria, pois tratase de cooperação na única mediação de Cristo. Não se utiliza a expressão ‘medianeira’, ambígua e com acentos maximalistas²²².

Como podemos observar, a legítima colaboração de Maria não está no mesmo plano daquela mediação de Jesus, mas dela depende incondicionalmente. Cristo é o único mediador entre Deus e os homens (cf. 1Tm 2,5-6) e a cooperação de Maria na história salvífica não se origina de uma necessidade interna, mas do dom de Deus. É discorrendo desse modo que se pode entender a missão de Maria como aquela que não impede, mas favorece a união dos fiéis com Cristo.

O capítulo VIII da *Lumen Gentium*, enquanto palavra oficial do Magistério da Igreja, orienta a compreensão mariológica em vários sentidos. A esse respeito, destaca-se a metodologia usada: a ligação de Maria com o mistério trinitário, a ligação de Maria com a Igreja e a sua colaboração na obra redentora²²³. Desse modo, o capítulo VIII da *Lumen Gentium*

²¹⁹ Cf. LG, n. 62.

²²⁰ Cf. LG, n. 60.

²²¹ COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012, p. 52-53.

²²² MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 21.

²²³ KRIEGER, Murilo S.R., SCJ. O perfil e a Missão da Mãe de Jesus à luz do Capítulo VIII da *Lumen Gentium* e do Discurso do Papa Paulo VI no Encerramento da Terceira Sessão do Vaticano II. In: *Cathólica*, Revista

“apresenta a Mãe de Jesus não de maneira isolada, mas sim em relação de interdependência com Cristo e a comunidade de seus seguidores (a Igreja)”²²⁴.

Além de destacar os elementos patrísticos, histórico-salvíficos, ecumênicos, pastorais e litúrgicos, a metodologia do documento dá um especial destaque ao elemento bíblico, pois, de fato, “[...] a Palavra de Deus, para o Concílio, é o fundamento e a alma da Teologia, portanto, é o fundamento da doutrina mariana [...]”²²⁵. De articulação bíblica e patrística, no capítulo VIII da *Lumen Gentium* “[...] não há referências explícitas a tradicionais tratados de devoção a Maria nem a mensagem de videntes”²²⁶, ampliando, desse modo, as características do perfil bíblicoteológico de Maria que, além daqueles três elementos – o “sim” da Anunciação, a maternidade biológica e a união com o filho aos pés da Cruz – descortinou outras características, a saber: a de companheira de Jesus, servidora²²⁷, mulher peregrina na fé²²⁸.

O capítulo VIII da *Lumen Gentium*, sendo uma síntese segura, autorizada e atual da mariologia, como compendia Dom Murilo Krieger:

É um apelo a todos os filhos e filhas da Igreja a incrementarem generosamente o culto da Santíssima Virgem, “sobretudo o culto litúrgico, que tenha em grande estima as práticas e exercícios de piedade para com ela, aprovados no decorrer dos séculos pelo Magistério”. O Concílio pede que os teólogos e pregadores da Palavra de Deus evitem com cuidado “tanto um falso exagero como uma demasiada estreiteza na consideração da dignidade singular da Mãe de Deus”; “expliquem como convém as funções e os privilégios da Santíssima Virgem”; “evitem com cuidado, nas palavras e atitudes, tudo o que possa induzir em erro acerca da autêntica doutrina da Igreja os irmãos separados ou quaisquer outros”. Para os fiéis, um pedido: “Lembrem-se de que a verdadeira devoção não consiste em emoção estéril e passageira, mas nasce da fé, que nos faz reconhecer a grandeza da Mãe de Deus e nos incita a amar filialmente a nossa Mãe e a imitar suas virtudes” (LG 67)²²⁹.

A constituição dogmática do Vaticano II sobre a Igreja, apresentando uma bela compreensão acerca de Maria, distancia-se do discurso triunfalista que foca nos privilégios marianos. A Mãe de Jesus é apresentada como figura realizada do cristão e da Igreja. A esse

Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018, p. 239.

²²⁴ MURAD, op. cit., p. 22.

²²⁵ KRIEGER, Murilo S.R., SCJ. O perfil e a Missão da Mãe de Jesus à luz do Capítulo VIII da *Lumen Gentium* e do Discurso do Papa Paulo VI no Encerramento da Terceira Sessão do Vaticano II. In: *Cathólica*, Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018, p. 239.

²²⁶ MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 22.

²²⁷ Cf. LG, n. 21.

²²⁸ *Ibidem*.

²²⁹ KRIEGER, op. cit., p. 241.

respeito, o capítulo VIII da *Lumen Gentium* encerra-se falando de Maria assunta ao céu, afirmando o seguinte:

Do mesmo modo que a Mãe de Jesus, já glorificada no céu em corpo e alma, é imagem e primícia da Igreja, que há de atingir a sua perfeição no século futuro, assim também já agora na terra, enquanto não chega o dia do Senhor (cf. 2Pd 3,10), ela brilha, como sinal de esperança segura e de consolação, aos olhos do povo de Deus peregrino²³⁰.

Exortando a serem evitados tanto o minimalismo que subtrai a presença de Maria do cotidiano dos católicos, quanto o maximalismo, naquela forma de devocionismo exagerado, o Concílio valoriza a atitude de inspirar-se no perfil bíblico-espiritual de Maria e na imitação de suas virtudes²³¹. Com efeito, Maria Santíssima é o arquétipo da Igreja, nosso modelo na fé, esperança e caridade e exemplo de discípula. Ela, de fato, é “a máxima realização da existência cristã como um viver trinitário de ‘filhos no Filho’ [...], é a discípula mais perfeita do Senhor”²³².

De abordagem bíblica, cristocêntrica, eclesiológica, ecumênica e pastoral, a Constituição afasta-se daquela mariologia pré-conciliar que se concentrava nos privilégios marianos e na promoção de dogmas. Com efeito, o documento do Concílio “[...] resgata a contribuição da teologia bíblica, que havia sido dissociada do discurso sobre Maria nos últimos séculos [...]”²³³ e opta por uma visão que se situa no contexto da história da salvação.

Elaborando um discurso mariano mais equilibrado, lúcido e atual, a *Lumen Gentium* “não fecha a mariologia num tratado hermético. [...] Antes, estimula os teólogos a continuar seus estudos, para esclarecer e aprofundar temas em fase de maturação (cf. n. 54)”²³⁴. A partir do espírito do Concílio, contribuindo para o avanço da teologia mariana na Igreja, o Documento de Aparecida desenvolveu um importante item, chamado “Maria, discípula e missionária”, no qual afirma que “[...] com sua fé Maria chega a ser o primeiro membro da comunidade dos crentes em Cristo, e também se fez colaboradora no renascimento espiritual dos discípulos[...]235.

Desenvolvendo o tema da missão, o Documento de Aparecida apresenta Maria como a grande missionária, que continuou a missão do Filho e que formou missionários. De fato, afirma

²³⁰ LG, n. 68.

²³¹ MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 22.

²³² DAp, n. 266.

²³³ MURAD, op. cit., p. 20.

²³⁴ Ibidem, p.22.

²³⁵ DAp, n. 266.

o documento: “[...] perseverando junto aos apóstolos à espera do Espírito (cf. At 1,13-14), ela cooperou com o nascimento da Igreja missionária, imprimindo-lhe um selo mariano que a identifica profundamente”²³⁶. Verdadeiramente, não são poucas as comunidades que encontram em Maria a inspiração para aprenderem a ser discípulos e missionários de Jesus; “[...] é ela quem brilha diante de nossos olhos como imagem acabada e fidelíssima do seguimento de Cristo[...]²³⁷; é ela que ensina sobre a importância do “[...] primado da escuta da Palavra na vida do discípulo e missionário[...]²³⁸; ainda, é ela que “[...] ajuda a manter vivas as atitudes de atenção, de serviço, de entrega e de gratuidade que devem distinguir os discípulos de seu Filho[...]²³⁹.

A mariologia conciliar abre caminhos para uma profícua reflexão acerca de Nossa Senhora ajudando-nos a descobrir outras dimensões de sua pessoa, a partir das Sagradas Escrituras. E isso é de grande importância, pois ainda é predominante em nosso meio “[...] o perfil da santa poderosa e bondosa, a mãe do céu[...]²⁴⁰” que, embora válido, não esgota o sentido teológico e espiritual da Mãe de Deus e Nossa Mãe. Seguindo as orientações do Concílio, se faz necessário pensar uma mariologia que supere os equívocos maximalistas ou minimalistas e que estimule o seguimento a Jesus, com Maria e inspirado nela, que é a perfeita discípula.

Diferentemente do que se pode pensar, o Concílio não enfraquece a devoção mariana, mas conjuga a essa relação de entrega, confiança, súplica e gratidão, outra dimensão da fé: o conhecimento. E isso é de grande importância, pois “[...] a piedade mariana sem teologia corre o risco de perder a lucidez, mover-se sem critérios e limites e degenerar-se em credice [...]²⁴¹. Mas há que se considerar, também, o outro lado, pois “[...] a teologia sem mística e piedade se degenera num discurso racional que se distancia do fascínio divino. Mostra-se desrespeitosa e pastoralmente inconsequente”²⁴². Pensar e agir com o espírito do Concílio é reverenciar a Mãe de Jesus, reconhecendo seu lugar especial na Igreja e, ao mesmo tempo, refletir sobre sua figura e nosso modo de cultuá-la visando, com isso, uma fé madura. Em síntese, é ter um coração mariano e uma cabeça mariológica.

²³⁶ Ibidem, n. 267.

²³⁷ Ibidem, n. 270.

²³⁸ 238 DAp, n. 271.

²³⁹ Ibidem, n.272.

²⁴⁰ MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 30.

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Ibidem.

3.3. Culto mariano segundo a *Marialis Cultus*

Publicada em 1974, dez anos depois do Concílio, a exortação apostólica do papa Paulo VI, *Marialis Cultus*, é reconhecida como uma importante contribuição para compreender a devoção marial²⁴³. Essa exortação apostólica nasceu sob a inspiração da renovação litúrgica requerida pelo Concílio Vaticano II, presente em seus documentos, especialmente na *Sacrossanctum Concilium*, que se propunha restaurar e fomentar a Liturgia, tornando mais profícua a participação dos fiéis nos sagrados mistérios²⁴⁴.

Já na introdução da *Marialis Cultus*, ao mesmo tempo que o Papa louva com ânimo jubiloso e grato o trabalho já realizado quanto à restauração e fomentação do culto, não deixa cessar a solicitude vigilante para que siga

[...] tudo aquilo que pode dar ordenado cumprimento à restauração do culto com o qual a Igreja, em espírito e verdade (Jo 4,24), adora o Pai, o Filho e o Espírito Santo, venera com particular amor Maria Santíssima, Mãe de Deus”, e honra com religioso obséquio a memória dos mártires e dos outros santos²⁴⁵.

A exortação apostólica de Paulo VI é considerada o documento que apresenta de forma mais clara os critérios para avaliação e renovação da piedade mariana, contendo reflexões e orientações ainda desconhecidas por grande parte das lideranças eclesiais²⁴⁶. Apresentando um quadro geral de natureza trinitária, cristológica e eclesial, o documento fornece critérios amplos de avaliação e renovação do culto a Maria. Daí que nos apressamos em afirmar que “[...] os exercícios de piedade para com a Virgem Maria exprimam, de maneira clara, a característica trinitária e cristológica que lhes é intrínseca e essencial [...]”²⁴⁷, porquanto “na Virgem Maria, de fato, tudo é relativo a Cristo e depende dele [...]”²⁴⁸.

No que tange ao valor teológico e pastoral do culto da Santíssima Virgem, Paulo VI afirma que a piedade da Igreja para com ela é elemento intrínseco do culto cristão e nos convida a reavivarmos na consciência a sua norma de fé. De fato, como afirma o Papa:

[...] a história da piedade demonstra que “as diversas formas de devoção para com a Mãe de Deus, que a Igreja aprovou, dentro dos limites da doutrina sã e ortodoxa” se

²⁴³ 243 Cf. COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012.

²⁴⁴ Cf. CONSTITUIÇÃO CONCILIAR *Sacrossanctum Concilium*: sobre a Sagrada Liturgia São Paulo: Paulinas, 2002, 1-3.

²⁴⁵ PAULO VI. *Marialis Cultus*: para a reta ordenação e desenvolvimento do culto à bem-aventurada Virgem Maria. Coleção Theotókos, volume 2. Brasília: Edições CNBB, 2016, p. 10.

²⁴⁶ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

²⁴⁷ MC, n. 25.

²⁴⁸ *Ibidem*.

desenvolvem em subordinação harmônica ao culto de Cristo, e gravitam à volta deste qual ponto de referência natural e necessário das mesmas [...]”²⁴⁹.

Na sua conclusão, a *Marialis Cultus* ressalta as raízes profundas deste culto que se encontram na Palavra revelada e nos sólidos fundamentos dogmáticos, pois, de fato, a Palavra revelada e os fundamentos do dogma testemunham a singular dignidade de Maria, motivando a veneração a ela por parte da Igreja. Pois, de fato, por sua cooperação na obra da salvação, sua santidade plena e sempre em crescimento, por sua fé, esperança e caridade sempre em progresso, por sua missão e condição única no Povo de Deus, no qual é membro supereminente, por seu modelo limpidíssimo e sua maternidade amorosíssima, por sua incessante intercessão e por sua glória é que a Igreja presta culto aquela que “ultrapassa de longe, todas as outras criaturas”²⁵⁰.

É conveniente observar que, como afirma o Papa Paulo VI, “a piedade para com a Mãe do Senhor torna-se, pois, para o fiel, ocasião de crescimento na graça divina, que é, de resto, a finalidade última de toda e qualquer atividade pastoral [...]”²⁵¹. De fato, olhando para Maria, vemos nela o penhor e a garantia daquela realidade do plano de Deus em Cristo que é a salvação de todo homem. Com efeito,

Para o homem contemporâneo, [...] a bem-aventurada Virgem Maria contemplada no enquadramento das vicissitudes evangélicas em que interveio e na realidade que já alcançou na Cidade de Deus, proporciona-lhe uma visão sanadora e uma palavra tranquilizante: a da vitória da esperança sobre a angústia, da comunhão sobre a solidão, da paz sobre a perturbação, da alegria e da beleza sobre o tédio e a náusea, das perspectivas eternas sobre as temporais e, enfim, da vida sobre a morte²⁵².

Sendo o pressuposto válido de todo culto cristão a adoração a Deus Pai, Filho e Espírito Santo e o crescimento da vida cristã entre os fiéis o Papa convida a que as diretrizes emanadas do ensinamento da Igreja sejam sinceramente aplicadas para que juntamente com a Virgem Maria se dirija ao Senhor um fervoroso louvor e ação de graças²⁵³. Ao mesmo tempo, auspícia que se verifique entre o clero e o povo de Deus um salutar incremento da devoção mariana que seja proveitoso para a Igreja e para toda a humanidade.

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ LG, n. 53 apud MC, n. 56.

²⁵¹ 251 MC, n. 57.

²⁵² Ibidem.

²⁵³ Cf. Ibidem

Considerando a razão de ser do culto à bem-aventurada Virgem Maria, este encontrase: “[...] na insondável e livre vontade de Deus, que, sendo a eterna e divina Caridade (1Jo 4,78.16), realiza todas as coisas segundo um plano de amor: amou-a e fez-lhe grandes coisas (Lc 1,49), amou-a por causa de si mesmo e por causa de nós e, deu-a a si mesmo e a nós”²⁵⁴.

O culto à bem-aventurada Virgem Maria é lícito, permitido e incentivado pela Igreja, pois tem a sua razão de ser no próprio plano de amor de Deus. O Concílio exorta para uma promoção generosa do culto “[...] especialmente litúrgico, à bem-aventurada Virgem Maria²⁵⁵”, ao mesmo tempo que reconhece, ao lado deste, outras formas de piedade, sobretudo as que são recomendadas pelo Magistério e que trazem a sensibilidade dos diversos povos e culturas e, que, por isso mesmo, isto é, porque vem revestido de múltiplas formas, necessitam de renovação, de substituição dos elementos caducos, valorização dos perenes e incorporação dos dados doutrinários da reflexão teológica e do Magistério²⁵⁶.

Na vida de fé dos cristãos nem tudo é liturgia. E, com mais razão, quando se trata do culto a Nossa Senhora e também aos santos, isso é ainda mais verificável. Além do culto litúrgico, existem outros modos de oração ou celebração, pessoal ou comunitariamente, que são chamados de devoções. No dizer do Catecismo da Igreja Católica:

[...] O senso religioso do povo cristão encontrou, em todas as épocas, sua expressão em formas diversas de piedade que circundam a vida sacramental da Igreja, como a veneração de relíquias, visitas a santuários, peregrinações, procissões, via-sacra, danças religiosas, o rosário, as medalhas, etc ²⁵⁷.

Todas essas práticas de piedade prolongam a vida litúrgica da Igreja, ainda que não a substituam, pois, a Liturgia por sua natureza é muito superior a elas²⁵⁸. Além disso, os exercícios de piedade devem condizer com a sagrada liturgia e não serem alheias a ela. Desse modo, há necessidade de um discernimento para sustentar, apoiar, purificar e retificar o sentido religioso dessas devoções para fazê-las progredir no conhecimento de Cristo²⁵⁹, pois de fato, a finalidade última do culto à bem-aventurada Virgem Maria é glorificar a Deus e levar os cristãos a viverem conforme a vontade divina.

²⁵⁴ Ibidem, n. 56.

²⁵⁵ Cf. LG, n. 67 apud MC, n. 23.

²⁵⁶ Cf. MC, n. 24.

²⁵⁷ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000, n. 1674.

²⁵⁸ Cf. SC, n. 13.

²⁵⁹ Cf. CIC, n. 1676.

A *Marialis Cultus*, em todo o seu texto, é uma proposta de Paulo VI contendo os princípios e critérios para esta renovação da devoção popular mariana que deve ter uma nota trinitária, cristológica e eclesial. O culto cristão, de fato, é intrínseca e essencialmente trinitário e cristológico e, nessa perspectiva, torna-se extensivo de forma substancialmente diversa, mas de modo legítimo à Mãe do Senhor e depois aos Santos²⁶⁰. Na Virgem Maria, como já verificamos, tudo é relativo a Cristo e dependente dele, pois “[...] foi em vista dele que Deus Pai, desde toda a eternidade, a escolheu Mãe toda santa e a plenificou com dons do Espírito a ninguém mais concedidos [...]”²⁶¹.

Do ponto de vista da eclesialidade, “é necessário, pois, que os exercícios de piedade com que os fiéis exprimem a sua veneração para com a Mãe do Senhor, manifestem de modo mais claro o lugar que ela ocupa na Igreja: ‘depois de Cristo, o mais alto e o mais perto de nós’”²⁶². Dizendo isso, o documento papal provoca-nos para que as várias formas de devoção à Mãe de Deus se abram para perspectivas eclesiais, permitindo, desse modo, com que os fiéis reconheçam mais prontamente a missão de Maria na vida da Igreja, pois que ambas concorrem para gerar o Corpo Místico de Cristo. Com efeito:

[...] a ação da Igreja no mundo é como que um prolongamento da solícitude de Maria: aquele amor operoso de que a Virgem Santíssima dá mostras, realmente, em Nazaré, em casa de Isabel, em Caná e sobre o Gólgota [...], nos seus cuidados com os humildes, os pobres e os fracos, e na sua aplicação constante em favor da paz e da concórdia social, no seu prodigalizar-se, enfim, para que todos os homens tenham parte na Salvação que a morte de Cristo lhes mereceu²⁶³.

Continuando nossa exposição, iremos apresentar, sempre segundo a *Marialis Cultus*, algumas orientações de ordem bíblica, litúrgica, ecumênica e antropológica que devemos ter presentes ao considerar os exercícios de piedade mariana. Agindo desse modo, queremos com o referido documento, “[...] tornar mais vivo e mais sentido o vínculo que nos une à Mãe de Cristo e nossa, na comunhão dos santos”²⁶⁴ e, também, mostrar como deve ser o culto autêntico a Nossa Senhora.

Em primeiro lugar, o culto a Maria deve ser bíblico. Com isso não se quer desmerecer as aparições, os textos de videntes, entre outras coisas, mas considerar que o modo mais confiável de saber quem é Maria e qual seu papel na história da salvação é olhar para a Maria

²⁶⁰ Cf. MC, n. 25.

²⁶¹ MC, n.25

²⁶² MC, n. 28.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Ibidem, n. 29.

dos evangelhos. A respeito disso, encontramos no documento: “[...] o culto à Virgem Santíssima seja permeado pelos grandes temas da mensagem cristã, a fim de que os fiéis, ao mesmo tempo que veneram aquela que é a Sede da Sabedoria, sejam iluminados pela luz da Palavra divina e levados a agir segundo os ditames do Verbo Encarnado”²⁶⁵. Isso significa que em nossas celebrações, em nossos encontros e em nossa oração pessoal, o ideal é usarmos textos bíblicos para falar da pessoa de Maria.

Com efeito, continua afirmando o documento:

[...] O progresso dos estudos bíblicos, a crescente difusão das Sagradas Escrituras e, sobretudo, o exemplo da tradição e a íntima moção do Espírito, orientam os cristãos do nosso tempo para servir-se cada dia mais da Bíblia, qual livro fundamental de oração e para tirar dela genuína inspiração e modelos insuperáveis. O culto à bem-aventurada Virgem Maria não pode ser eximido a esta orientação geral da piedade cristã; antes, ao contrário, deve ele inspirar-se particularmente em tal orientação, para adquirir novo vigor e dela tirar seguro proveito²⁶⁶.

Em segundo lugar, o culto a Maria deve ser litúrgico. E aqui, discorrendo sobre outras formas de culto e os critérios em que elas devam inspirar-se, o Papa recorda a norma da Constituição dogmática *Sacrossanctum Concilium*. Desse modo, ao mesmo tempo que a Constituição sobre a Liturgia recomenda os exercícios de piedade do povo cristão, acrescenta que “[...] importa, porém, ordenar essas práticas de piedade tendo em conta os tempos litúrgicos, de maneira que se harmonizem com a sagrada Liturgia, de certo modo derivem dela, e a ela, que por sua natureza lhes é muito superior, conduzam o povo cristão”²⁶⁷. Evitem-se os extremos: de um lado daqueles que desprezam os exercícios de piedade, criando um vazio e, de outro, daqueles que misturam exercícios piedosos e atos litúrgicos, em celebrações híbridas²⁶⁸.

Em terceiro lugar, o culto a Maria deve ser ecumênico. Devido ao seu caráter eclesial, a piedade mariana torna-se sensível aos apelos do movimento ecumênico e adquire também ela um caráter ecumênico. E isso por vários motivos:

Antes de mais nada, porque os fiéis católicos se unem aos irmãos das Igrejas ortodoxas, nas quais a devoção à bem-aventurada Virgem Maria se reveste de formas de elevado lirismo e de doutrina profunda, ao venerar, com particular amor, a “*Theotokos*”, e ao aclamá-la como “Esperança dos cristãos”; se unem aos anglicanos, cujos teólogos clássicos já colocavam em evidência a sólida base escriturística do culto a Mãe de Nosso Senhor, e cujos teólogos contemporâneos frisam ainda mais a importância do lugar que Maria ocupa na vida cristã; se unem, enfim, aos irmãos das Igrejas da reforma, entre os quais floresce vigorosamente o amor pelas Sagradas

²⁶⁵ Ibidem, n. 30.

²⁶⁶ MC, n. 30.

²⁶⁷ SC, n. 13 apud MC, n. 31

²⁶⁸ Cf. MC, n.31.

Escrituras, que os leva a glorificarem a Deus com as próprias palavras da Virgem (Lc 1,46-55)²⁶⁹.

Assim, “[...] sejam evitados, com todo o cuidado, quaisquer exageros, que possam induzir em erro os outros irmãos cristãos, acerca da verdadeira doutrina da Igreja Católica; e sejam banidas quaisquer manifestações culturais contrárias à reta praxe católica [...]”²⁷⁰. Com efeito, o nosso amor a Maria não deve ser usado para gerar divisões, mas, ao contrário, o amor de Maria pela vontade de Deus deve despertar em nós um desejo grandioso de sermos fiéis à Palavra.

Finalmente, o culto a Maria deve ter uma abordagem antropológica. Tal abordagem “[...] dirigirá a doutrina e a devoção para que se harmonizem às situações históricas e culturais de tempo e espaço”²⁷¹. De fato, a confrontação das concepções antropológicas e os problemas que daí derivam com a figura de Maria conforme está proposta no Evangelho, leva a descobrir que Maria pode bem ser tomada como modelo naquilo por que anelam os homens do nosso tempo²⁷². Em outras palavras, a abordagem antropológica do culto mariano quer dizer que esse culto deve ter um significado existencial, isto é, deve descer até a concretude da existência humana.

Depois de concluir a apresentação de orientações e critérios para a promoção de um culto legítimo e harmonioso à bem-aventurada Virgem Maria, o Papa julga oportuno chamar a atenção para algumas atitudes culturais errôneas. De acordo com o espírito do Concílio Vaticano II, já se denunciou

[...] tanto o exagero de conteúdo ou de formas, que vai até o ponto de falsear a doutrina, como a mesquinhez de mente que chega a obscurecer a figura e a missão de Maria; de igual modo alguns desvios culturais: a vã credulidade, que a uma aplicação séria substitui o dar-se facilmente a práticas apenas exteriores; o estéril e passageiro impulso do sentimento, tão alheio ao estilo evangélico, que exige esforço perseverante e efetivo²⁷³.

Contra as práticas que apresentam essas características, o Papa se mostra bem incisivo: “[...] Nós reiteramos a deploração destas coisas: não são formas em harmonia com a fé católica e, por conseguinte, não devem subsistir no culto católico”²⁷⁴. Tudo o que é “lendário ou falso”

²⁶⁹ Ibidem, n. 32.

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012, p. 58.

²⁷² Cf. MC, n. 37.

²⁷³ MC, n. 38.

²⁷⁴ Ibidem.

deve ser banido do culto mariano, pois que “[...] a finalidade última do culto à bem-aventurada Virgem Maria é glorificar a Deus e levar os cristãos a aplicarem-se em uma vida absolutamente conforme a sua vontade[...]”²⁷⁵.

Oxalá essas orientações de Paulo VI se tornem efetivas em nossas Comunidades, Pastorais e Movimentos. Para que isso aconteça, é necessário grande esforço para que se empreenda um processo de discernimento diante das inúmeras manifestações da piedade mariana. Deve-se, por assim dizer, aceitar algumas práticas devocionais, modificar outras, melhorar outras ainda e, com clareza e firmeza, rejeitar aquelas que não correspondem aos critérios elencados acima. Mas, antes de tudo isso, é necessário pelo menos que se fomente a leitura, para conhecimento próprio e comunitário, da Exortação Apostólica em questão, bem como dos outros documentos conciliares que tratam da pessoa de Maria.

3.4. Uma análise da piedade popular mariana

No tópico anterior observamos os critérios e orientações para um harmônico culto à bem-aventurada Virgem Maria, presentes na Exortação Apostólica de Paulo VI, *Marialis Cultus*. Tratou-se de apresentar as afirmações oficiais, isto é, o ensinamento da Igreja sobre o culto aos santos e, de modo particular, à Virgem Maria. Mas, se por um lado encontramos as orientações oficiais presentes nos documentos, por outro nos deparamos com uma diversidade de práticas devocionais relacionadas a Maria e aos outros santos que nem sempre levam em conta o que está contido nesses documentos. Como bem sabemos, há várias formas de veneração à Mãe de Deus de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar e, também, de acordo com a sensibilidade dos povos e suas diferentes tradições culturais. Assim sendo, de um lado encontramos as formas de relação com o Sagrado numa versão oficial e, de outro, as práticas culturais que se situam no campo da piedade fora do âmbito litúrgico²⁷⁶.

Essas diversas práticas culturais situadas no campo da piedade fora da esfera litúrgica são chamadas de piedade popular, que são um modo de os povos das diversas culturas viverem e encarnarem o cristianismo²⁷⁷. Sendo a piedade popular, uma maneira de os diversos setores sociais expressarem sua fé de diferentes modos²⁷⁸, esta deve ser entendida como um

²⁷⁵ Ibidem, n. 39.

²⁷⁶ Cf. MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

²⁷⁷ AGOSTINO, G. *Piedade Popular*: In: *Dicionário de Mariologia*. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 1067.

²⁷⁸ Cf. DAp, n. 258.

“imprescindível ponto de partida para conseguir que a fé do povo amadureça e se faça mais fecunda”²⁷⁹. Desse modo, as diversas práticas devocionais existentes devem levar ao reconhecimento do testemunho da Virgem Maria e dos santos para que sejam imitados sempre mais²⁸⁰. Assim, a piedade popular não é algo que se encerra em si mesma, mas o ponto de partida para crescer na vida cristã, através da imitação dos santos e, de modo, especial, da Virgem Maria.

Apresentando três atitudes mais emergentes da piedade marial, Stefano de Fiores e Salvatore Meo mostram as percepções mais relevantes do povo com relação a Maria: em primeiro lugar Maria é a mãe poderosa e misericordiosa; depois, Maria é a diferente de nós e, por fim, Maria é aquela que vive próxima da história do homem. Como “mãe poderosa e misericordiosa”, Maria é sentida intuitivamente pelo povo como dom de Deus, é “[...] aquela que manifesta, em coração que é humano, a força do amor infinito de Deus. [...] Medianeira de todas as graças. [...] O caminho através do qual Deus veio e vem [...]”²⁸¹. Dentro dessa percepção, Maria é vista como a mãe que tudo pode. Depois, Maria é a “diferente de nós”, isto é, “[...] a ‘toda santa’, a ‘toda pura’, a imagem ideal do homem, o sinal da vida verdadeira [...]”²⁸². Por fim, Maria é aquela realidade que se faz “próxima da história do homem”; é aquela que “[...] compartilhou do sofrimento, do abandono. É o símbolo da tragédia humana e, por isso, é nosso conforto e nossa esperança”²⁸³.

Como já pontuamos, a piedade popular é menos racional e mais afetiva; é uma realidade “[...] intensamente humana e cheia de emoção [...]”²⁸⁴. E esse “modo de sentir” do povo, que não investiga, mas vive; que não racionaliza, mas sente se pode exprimir de diversas formas que manifestam

[...] o frescor, a espontaneidade ou a densidade da tragédia, servem de eco a todas as vozes humanas, diversificam-se de acordo com a linguagem das culturas, a incidência das situações históricas e das tradições ambientais, projetam alternância de estados de espírito e revelam os graus das maturidades subjetivas [...]”²⁸⁵.

²⁷⁹ Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Diretório sobre a piedade popular e a Liturgia, n. 64, apud DAp, n. 262.

²⁸⁰ Cf. DAp, n. 262.

²⁸¹ AGOSTINO, G. Piedade Popular: In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 1069.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ COYLE, Kathleen. Maria, tão plena de Deus e tão nossa. São Paulo: Paulus, 2012, p. 218.

²⁸⁵ AGOSTINO, op. cit., p. 1070.

Essas diversas expressões da piedade popular podem ser catalogadas e distribuídas, de modo aproximado, da seguinte forma: a linguagem orante da piedade popular mariana se expressa através das orações, cantos e devoções; seus momentos celebrativos se expressam nas festas e outras ocorrências; nas representações sagradas, isto é, no compartilhamento da vida de Maria por parte do povo demonstram-se as ritualidades paralitúrgicas; as peregrinações a santuários demonstram a atmosfera dos itinerários penitenciais; os ex-votos e as ofertas como atos de fé, invocação e gratidão expressam os gestos oblativos. Por fim, as significações consagratórias exprimem os motivos mais profundos de ligação com Maria e se demonstram através das fórmulas de consagração plena²⁸⁶.

O fenômeno da piedade popular, com toda sua diversificação, tem seus valores e ambiguidades, e, por isso, merece muita reflexão no plano teológico. Sendo uma espiritualidade encarnada na cultura dos mais simples, é um tesouro muito valioso, sobretudo na América Latina. “No plano pastoral, a piedade popular não pode deixar de estar presente, pois é justamente nesse plano que ela é mais estimulante e incentivadora [...]”²⁸⁷. Contudo, não se pode negar que existam certas formas de piedade popular que, ao invés de levar a uma participação ativa na vida da Igreja, acabam por criar confusão e levam a uma prática meramente exterior e desvinculada da fé cristã. “[...] Paulo VI observa que ela se mostra frequentemente aberta à penetração de muitas deformações e até de superstições [...]”²⁸⁸.

Não raro, podemos observar essa realidade na vida dos fiéis de nossas comunidades. Há muitos que não conseguem avançar no caminho de fé e discipulado porque acabam parando na periferia religiosa de certas práticas populares. Na realidade, não se sabe aproveitar desse fenômeno religioso para que seja um itinerário para a evangelização. Ao rezar o santo Rosário, ao recitar as ladainhas, ao fazer novenas e procissões, o povo santo de Deus deveria ser ajudado pelos seus pastores a compreenderem algo que está para além dessas práticas devocionais.

Ao rezar o Rosário, o povo de Deus deveria estar ciente de estar diante do compêndio de todo o Evangelho, como afirmou o papa Pio XII²⁸⁹. Além disso, deveriam compreender que os seus enunciados e fórmulas principais são inspirados no Evangelho. “[...] O Rosário, por conseguinte, é uma oração evangélica, como hoje em dia, talvez mais do que no passado,

²⁸⁶ Ibidem.

²⁸⁷ AGOSTINO, G. Piedade Popular: In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 1071.

²⁸⁸ Ibidem, p. 1072

²⁸⁹ Cf. MC, n. 42.

²⁹³ Cf. BESUTTI, G. Ladainhas: In: Dicionário de Mariologia. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

gostam de defini-la os pastores e os estudiosos”²⁹⁰. Dentro das várias maneiras de rezar desenvolvidas desde o início do cristianismo está a oração vocal, e o Rosário se encontra nesta categoria de oração. “[...] Na oração vocal, como a Ave-Maria, enquanto os lábios pronunciam as mesmas palavras, a mente se aquieta e o coração, em silêncio, sintoniza com Deus. Não é uma oração de pensar, de refletir, mas sim de contemplar”²⁹¹. Sendo uma oração legítima, o Rosário “[...] ajuda os fiéis a adorar a Deus, venerar a mãe de Jesus e contemplar os mistérios da vida do Senhor”²⁹².

Ao rezar as ladainhas, o povo de Deus deveria estar ciente de estar participando de uma oração de súplica. Os estudiosos estão de acordo em afirmar que as ladainhas da Virgem Maria decorrem das ladainhas dos santos²⁹³. Sem pretender apresentar a história das ladainhas da Virgem Maria e nem as classificar, queremos mostrar o seu sentido espiritual. Observando a sua estrutura, notamos que as invocações iniciais não são dirigidas a Nossa Senhora, mas a Nosso Senhor Jesus Cristo e à Santíssima Trindade. Quer dizer que, tudo em Maria nos conduz ao seu Filho e, por ele, à Trindade. De fato, a bem-aventurada Virgem Maria é o melhor caminho para chegarmos a Deus²⁹⁴. Somente depois seguem-se as invocações marianas em cuja vida o Senhor fez grandes coisas. Compreender esse sentido espiritual ajuda-nos a rezar essa meritória oração sem desligá-la da “cristocentração” a que ela é referida.

Por fim, conhecendo, compreendendo e discernindo as diversas e legítimas formas de devoção à Virgem Santíssima, pode-se enveredar por uma pedagogia evangelizadora que as purifique, consolide e eleve. O que isso quer dizer, afinal? Que é necessário “[...] purificá-las dos riscos, das ambiguidades; consolidar o que ela tem de positivo, os seus postulados; elevá-la, estabelecendo um vínculo entre ela e o Cristo vivo na Igreja [...]”²⁹⁵. Para que isso aconteça, é necessário que as legítimas práticas de piedade sejam relacionadas, intimamente, com a Palavra

²⁹⁰ Ibidem, n. 44.

²⁹¹ MURAD, Afonso Tadeu. *Maria, toda de Deus e tão humana: Compêndio de mariologia*. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012, p. 214.

²⁹² Ibidem, p. 216.

²⁹³ Cf. BESUTTI, G. *Ladainhas*: In: *Dicionário de Mariologia*. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

²⁹⁴ Cf. ALETEIA. O significado de 13 invocações “curiosas” da ladainha de Nossa Senhora. Aleteia, 2018. Adaptado do texto de André Damino “Na escola de Maria”, Ed. Paulinas, 4ª edição, São Paulo, 1962. Disponível em: <https://pt-aleteia-org.cdn.ampproject.org/v/s/pt.aleteia.org/2018/02/27/o-significado-de-13-invocacoes-curiosasda-ladainha-de-nossa-senhora/amp/?amp_js_v=a2&_gsa=1&usqp=mq331AQHCAFYAYABABQ%3D%3D#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fpt.aleteia.org%2F2018%2F02%2F27%2Fo-significado-de-13-invocacoes-curiosas-da-ladainha-de-nossa-senhora%F2>. Acesso em: 13 dez. 2018.

²⁹⁵ AGOSTINO, G. *Piedade Popular*: In: *Dicionário de Mariologia*. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários), p. 1073.

de Deus e com as ações litúrgicas, além de que sejam abertas para a comunhão eclesial e para a totalidade da vida.

Nesse sentido, para se empreender um itinerário de purificação, não se pode prescindir da Exortação Apostólica, *Marialis Cultus* e do capítulo VIII da *Lumen Gentium*. No tópico anterior já apresentamos os caminhos que esses documentos propõem para uma harmônica compreensão da figura da Virgem Maria e para a retificação do culto e as práticas devocionais marianas. Nunca será demais insistir na afirmação de que o objetivo último de tudo e também do culto mariano é a glorificação de Deus e, também, comprometer os cristãos a viverem conforme a sua vontade. Isso também precisa ser levado em consideração quando se empreende um caminho de purificação da piedade marial.

Com efeito, para que exista uma verdadeira devoção a Maria é necessário que haja uma “fé verdadeira” e não apenas uma “vã credulidade”. De igual modo, é necessário que exista um “amor filial” que seja autêntico e não apenas um “estéril e transitório afeto”. Por fim, ainda é necessário que tais práticas devocionais levem à “imitação” e não apenas se limite à invocação²⁹⁶. Em outras palavras, a verdadeira devoção a Nossa Senhora deve levar o devoto a conhecer, amar e imitar a Mãe de Jesus e, por ela, ao seu Filho, pois as devoções à Virgem Santíssima devem sempre levar a Cristo.

Assim sendo, juntamos o nosso espírito àquele da *Marialis Cultus* para dizer, como a mulher anônima do Evangelho: “Feliz o ventre que te trouxe e os seios que te amamentaram” (Lc 11,27) e, ainda, para repetir a resposta de Jesus: “Felizes, sobretudo, são os que ouvem a Palavra Deus e a põem em prática” (Lc 11,28)²⁹⁷. Isso para que, ao mesmo tempo que empreendamos um patente louvor à Santíssima Virgem, não nos esqueçamos da advertência do Senhor a vivermos os mandamentos de Deus. De fato, os que entram no Reino dos céus não são necessariamente aqueles que dizem “Senhor! Senhor!”, mas os que põem em prática a vontade do Pai do céu (cf. Mt 7,21), e são amigos de Jesus aqueles que fazem o que ele manda (cf. Jo 15,14).

²⁹⁶ Cf. BOFF, Codovis. Introdução à Mariologia. Petrópolis, Vozes, 2004.

²⁹⁷ Cf. MC, n. 39.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a história da mariologia, pode-se observar que, desde os tempos mais remotos, os cristãos sempre criaram, mesmo que de modo inconsciente, conceitos acerca de Maria Santíssima. Com efeito, cada época é marcada por um tipo de destaque a respeito de Nossa Senhora demonstrando que cada tempo e cada lugar traz um conceito mariano. É importante destacar que não existe neutralidade quanto à figura de Maria, mas que sim, existem inúmeros “rostos marianos” trazendo, cada um deles, os traços próprios dos diferentes povos onde ela é cultuada.

Ao longo da história, o “conceito mariano” tomou diversos sentidos, a começar pelos primeiros séculos, quando os axiomas mariológicos se encontravam dentro dos axiomas cristológicos até chegar aos dias atuais. Foi no contexto do debate contra as heresias cristológicas que se sucederam os primeiros dogmas marianos. Com o passar dos anos, a figura de Maria vai se distanciando da cristologia e recebendo outros destaques. Mas a pessoa de Maria não estava reduzida apenas ao campo da reflexão teológica, já dentro da liturgia se encontrava expresso o início do culto mariano.

No período monacal, Maria é a monja perfeita, padroeira dos ascetas e dos celibatários. Na Idade Média (séculos V a XV), houve um intenso crescimento da piedade marial, comprovado na rica iconografia mariana oriental e nos hinos litúrgicos que surgiram na época, além de pinturas e esculturas marianas que se multiplicaram no ocidente. Na Alta Idade-Média, houve um intenso florescimento de figuras marianas, inspiradas na hierarquia feudal da época, onde Maria aparecia como a “Nossa Senhora”, a “Madona”. No século XIII, com o “fermento da vida intelectual”, Maria aparecia quase que, predominantemente, nas discussões teológicas referentes às questões da encarnação, criando a necessidade de uma imaginação religiosa mais popular a seu respeito, o que levou a uma concepção mágica de Maria como aquela que tudo podia solucionar. Por conseguinte, nos séculos XIV e XV, as atitudes com relação a Maria acabaram comprometendo a centralidade da pessoa de Cristo.

No período da modernidade, surgem vários desafios no campo da devoção popular e no campo doutrinal. A reforma protestante, frente aos excessos devocionistas, centrando-se na salvação em Cristo, provocou um corte radical na devoção aos santos e, sobretudo, a Maria, o que levou os católicos a outros excessos marianos que produziram outros conceitos mariais, retomando com maior vigor a figura de Maria, em tom polêmico. No século XVII, a escola francesa trazendo uma espiritualidade mariana sentimental e exagerada, perpetuou os excessos marianos que alcançaram seu auge com são Luís Maria Grignon de Monfort, freada no século

XVIII com o iluminismo que apregoava a autoridade da razão e a liberdade de pesquisa, de decisão e de ação. No século XIX, houve um renascimento do culto, da pregação e da teologia marianos; o fenômeno das aparições de Nossa Senhora fez surgir célebres santuários nos séculos XIX e XX, ao passo que no período do Romantismo, novamente se encontrava uma Maria exclusiva, distanciada e independente de Cristo. No século XX, a espiritualidade católica quase divinizou Maria como coautora da redenção, havendo nesse período exagero e confusão a seu respeito.

Na abordagem dos temas da fé e do discipulado de Maria buscou-se ampliar o modo de compreender a figura da Virgem, além de apontar duas de suas qualidades a serem imitadas, a sua fé e o seu discipulado. Maria é, para toda a Igreja, o “espelho” onde podemos ver refletida a imagem de como deve ser o cristão. Olhando para ela, percorre-se o caminho da fé e do discipulado que, para além das devoções, são apropriados ícones a quem procura se tornar um discípulo crente que se põe aos pés de Jesus e o segue de maneira profunda e verdadeira como ela mesma fez. À luz do capítulo VIII da *Lumen Gentium* e da exortação apostólica *Marialis Cultus*, buscou-se iluminar a compreensão da figura de Maria e as diversas práticas de piedade popular marianas existentes.

Certas formas de compreender e de cultuar Maria, se não forem acompanhadas, orientadas e retificadas, geram confusão e exclusivismo a respeito de sua pessoa, além de ferirem o princípio do culto mariano que é para a adoração do Senhor. Desse modo, o capítulo VIII da *Lumen Gentium*, orientando a compreensão mariológica e ligando a pessoa de Maria à Trindade, à Igreja e à obra redentora, apresenta-a em interdependência com Cristo e com a Igreja, distanciando-se do discurso triunfalista dos privilégios marianos e apresentando-a como figura realizada do cristão e da Igreja. A *Marialis Cultus*, contendo reflexões e orientações ainda desconhecidas por grande parte das lideranças eclesiais, contém os princípios e critérios para a renovação da devoção popular mariana que deve ter uma nota trinitária, cristológica e eclesial, oferecendo critérios para a consideração dos exercícios de piedade mariana.

Nesse sentido, a utilização dos recursos desta pesquisa permite uma ampla noção da figura de Maria, analisando a história da mariologia, ampliando o conhecimento das virtudes da sua fé e do seu discipulado fiel e, por fim, oferecendo os critérios para um autêntico culto mariano. Sem cair nos extremos do minimalismo ou do maximalismo, oferece-se uma compreensão mariológica fiel à doutrina do Vaticano II, além de fazer crescer as noções teológicas a respeito de Maria Santíssima e também o amor para com ela, por meio de práticas devocionais que não transgridam a legitimidade do culto mariano que deve levar à “cristocentração”.

REFERÊNCIAS

AGOSTINO, G. Piedade Popular: In: **Dicionário de Mariologia**. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

ALMEIDA, Silvio. OFM. **A figura de Maria à luz da Teologia de Hans Urs von Balthasar**. In: *Cathólica: Revista Acadêmica da Faculdade Católica de Belém. A identidade e a missão de Maria na História da Salvação*. v. 2. Belém: Paka-tatu, 2018.

ÁLVARES, Carlos G. **Maria discípula de Jesus e mensageira do Evangelho**. Coleção V conferência, Bíblia. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2006.

BALTHASAR, Hans von. **Maria para hoje**. São Paulo: Paulus, 2016.

BENTO XVI. **Carta Encíclica Deus Caritas Est: aos bispos, presbíteros e diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre o amor cristão**. São Paulo: Paulinas, 2006.

BESUTTI, G. Ladainhas: In: **Dicionário de Mariologia**. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalem**. São Paulo: Paulus, 2002.

BOFF, Clodovis. **Introdução à mariologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CANTALAMESSA, Raniero. **Maria, um espelho para a Igreja**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1992.

CASALEGNO, Alberto. **Para que contemplem a minha glória: Introdução à teologia do Evangelho de João**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

CIPRIANI, S. Crente. In: **Dicionário de Mariologia**. DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

COMBY, Jean. **Para ler a História da Igreja I: Das origens ao Século XV**. São Paulo: Loyola, 1993.

COYLE, Kathleen. **Maria, tão plena de Deus e tão nossa.** São Paulo: Paulus, 2012.

DE FIORES, Stefano. **Virgem. In: Dicionário de Mariologia.** DE FIORES, Stefano; MEO, Salvatore. São Paulo: Paulus, 1995. – (Dicionários).

FRANCISCO. **Carta Encíclica *Lumen Fidei*: aos bispos, aos presbíteros, aos diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre a fé.** São Paulo: Paulinas, 2013.

_____. **Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*: sobre o chamado à santidade no mundo atual.** São Paulo: Paulus, 2018.

GONZÁLEZ, Carlos I. **María Evangelizada y Evangelizadora. Bogotá, CELAM, 1988. JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Mater*. In: Encíclicas de João Paulo II.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Carta Encíclica *Veritatis Splendor*. In: Encíclicas de João Paulo II.** São Paulo: Paulus, 1997.